

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Dayzianny Maria de Faria Fernandes

**RE-FILANTROPIZAÇÃO, “TERCEIRO SETOR” E AS NOVAS RESPOSTAS A
“QUESTÃO SOCIAL”: REBATIMENTOS SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL**

Mariana, MG

2019

Dayzianny Maria de Faria Fernandes

**RE-FILANTROPIZAÇÃO, “TERCEIRO SETOR” E AS NOVAS RESPOSTAS A
“QUESTÃO SOCIAL”: REBATIMENTOS SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado a Universidade Federal de Ouro Preto,
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social

Orientadora: Profa. Ma. Cristiane Maria Nobre

Mariana, MG

2019

F363r Fernandes , Dayzianny Maria de Faria .
Re-filantropização, terceiro setor e as novas respostas a questão social
[manuscrito]: rebatimento sobre trabalho profissional / Dayzianny Maria de
Faria Fernandes . - 2019.

67f.:

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Cristiane Nobre Nobre.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e
Serviço Social.

1. Assistência social - Teses. 2. Associações sem fins lucrativos - Teses. I.
Nobre, Cristiane Nobre. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

DAYZIANNY MARIA DE FARIA FERNANDES

Refilantropização, "Terceiro Setor" e as Novas Respostas à "Questão Social":
Rebatimentos sobre o Trabalho Profissional

Membros da banca

Dr^a Adriana de Andrade Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Es. Atylana Patrícia Fernandes Organização Cultural Social Circo da Gente - OCA.
Ma. Cristiane Maria Nobre -Universidade Federal de Ouro Preto -UFOP.

Versão final

Aprovado em 12 de Dezembro de 2019

De acordo

Professor (a) Orientador (a)



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Maria Nobre, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/12/2019, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0029041** e o código CRC **47C0920E**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204084/2019-64

SEI nº
0029041

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal identificar os avanços e desenvolvimentos do “terceiro setor” e suas implicações nas respostas dadas a “questão social” e os rebatimentos sobre o trabalho Profissional. Tal reflexão foi feita por meios de leituras que possibilitam o entender de quais foram os motivos que levaram o desenvolvimento do “terceiro setor”, as implicações sobre as respostas a serem dadas a “questão social” e a que ponto isso pode trazer rebatimentos para os/as assistentes sociais. Foram realizadas pesquisas bibliográficas que apresentam as relações entre “terceiro setor”, “questão social” e trabalho do assistente social. Para obter essas informações foram utilizados referenciais teóricos de autores do Serviço Social, teses e dissertações de profissionais do Serviço Social que discutem o trabalho do assistente social em instituições do “terceiro setor” que de alguma forma contextualizam as questões impostas. Foi identificado o neoliberalismo como um motivador do desenvolvimento do “terceiro setor”, evidenciando o desenvolvimento deste carregado do estigma de ajuda, interferindo na atuação do assistente social e nas bases de sustentação de sua prática profissional.

Palavras-chave: Assistente Social. Questão Social. Terceiro setor.

ABSTRACT

The main objective of this research is to identify the advances and developments in the "third sector" and their implications for the responses given to the "social question" and the repercussions on professional work. This reflection was made through readings that make it possible to understand what were the reasons that led to the development of the "third sector", the implications on the responses to be given to the "social question" and to what extent this can bring rebates to the social workers. Bibliographic researches were carried out that present the relations between the "third sector", "social issue" and the work of the social worker in the "third sector". To obtain this information, theoretical references from Social Service authors, theses and dissertations from social service professionals who discuss the work of the social worker in "third sector" institutions that somehow contextualize the issues imposed were used. Neoliberalism was identified as a motivator of the development of the "third sector", showing the development of this loaded with the stigma of help, interfering in the performance of the social worker and in the bases of support of his professional practice.

Keywords: Social Worker. Social Question.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	QUESTÃO SOCIAL: A EVIDÊNCIA DO CONFLITO ENTRE CAPITAL E TRABALHO E SUAS MANIFESTAÇÕES	9
2.1	QUESTÃO SOCIAL E O ESTADO DE BEM-ESTAR: A REALIDADE DOS PAÍSES DE CENTRO E DO BRASIL	15
2.2	CRISE E RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES ESTADO/SOCIEDADE	18
3	O TERCEIRO SETOR: NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL”	29
3.1	POLÍTICA SOCIAL, “QUESTÃO SOCIAL” NO ÂMBITO DO “TERCEIRO SETOR”	39
3.1.1.	Particularidade da política de assistência social e a presença destas organizações de “terceiro setor”	45
3.2	O SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR: OS REBATIMENTOS SOBRE A PROFISSÃO.....	49
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo o “terceiro setor”, e quais são os seus rebatimentos e transformações da “questão social” no cenário contemporâneo, assim como, os impactos no trabalho profissional dos assistentes sociais, uma vez que este se configura como seu objeto de trabalho.

Essa inquietação surge a partir da entrada no campo de estágio em uma instituição que acolhe pessoas com deficiência, sendo caracterizada como “terceiro setor”. Durante o período do estágio observou-se que a manutenção da instituição é viabilizada através da captação de recursos junto ao Estado e Empresas, sendo esta uma característica marcante das instituições do “terceiro setor”: a parceria entre público e privado.

Nas discussões em sala de aula que abordaram as transformações ocorridas nas repostas dadas a “questão social”, foi possível observar como a contradição capital/ trabalho assume diferentes expressões de acordo com os diferentes estágios da acumulação do capital e como isso pode impactar na intervenção profissional.

Frente, a essas questões, a intenção desse trabalho é identificar o avanço e desenvolvimento do “terceiro setor”, suas implicações nas respostas dadas a “questão social” e os rebatimentos sobre o Serviço Social. Para chegar a essas respostas foi necessário identificar como o neoliberalismo trata as expressões da “questão social”, onde foi ressaltado a desresponsabilização do Estado frente às repostas a “questão social”. Buscou-se ainda desenvolver uma reflexão acerca das respostas dadas pelo “terceiro setor” as expressões da “questão social”, as mudanças na forma de seu enfreteamento, e ainda, como a resposta da “questão social” dada pelo “terceiro setor” vem com estigma de ajuda, influenciando a atuação profissional do assistente social.

Para responder as essas colocações foi realizada uma pesquisa teórica em referenciais teóricos que tratavam sobre a “questão social”, a política social e o “terceiro setor”. E para discutir sobre os rebatimentos sobre a intervenção profissional foi pesquisado teses e dissertações no Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD), identificando como vem sendo travado o debate acerca desta temática desde os anos de 1990.

Com isso, percebeu-se que com o advento do neoliberalismo no final dos anos de 1980 e 1990 no Brasil, observamos que as respostas dadas a “questão social” e suas múltiplas expressões, vem carregada do estigma de ajuda, trazendo implicações diferenciadas no que diz respeito a concepção e avanço de direitos, reforçando muitas vezes práticas assistencialistas,

paternalistas dentre outras, sem avanços em direção à cidadania, ainda que nos limites da sociedade de classes.

Entende-se que, considerando os avanços em termos de conquistas e direitos alcançados ao longo dos séculos IXX e XX, as respostas para enfrentamento dessa expressão e contradição deveriam partir do Estado. Porém, com a crise do capitalismo evidenciada ao final do século XX e intensificada no início do século XXI, observa-se a limitação do Estado na parte social. As expressões da “questão social” se agravam e passam a ser demandadas para a sociedade civil.

Neste contexto, buscar-se a ressaltar que a o enfretamento desta “questão social”, pelo “terceiro setor”, se dá na grande maioria das vezes em bases conservadoras e moralizadoras, onde busca-se transferir para o indivíduo a responsabilidade da situação vivenciada, evidenciando se aí a prática da ajuda e não do direito. Colocando por terra as conquistas advindas de longos trajetos de reivindicações dos trabalhadores, em tempo de lutas de classe.

Percebe-se que a causa disso, são as influências neoliberais vivenciada pela sociedade contemporânea, que traz significativas mudanças e transformações na forma com o Estado trata os interesses das classes sociais, fazendo que atenda às necessidades impostas pela “classe dominante” e retire sua responsabilidade em prover a “classe dominada” dos direitos que foram conquistados através de lutas sociais. Enquanto isso, o capital vai se fortalecendo diante da acumulação, da flexibilização do trabalho e da desresponsabilização do Estado. Sendo assim, destaca o autor:

[...] na promoção do “terceiro setor”, tanto no plano legal quando na esfera financeira, como contra partida á retirada paulatina da responsabilidade estatal no trato à “questão social”. Assim, as mudanças ocorrida e em processo, referente á perda de direitos de cidadania por serviços e políticas sociais, assistenciais e por uma seguridade social estatais, universais e de qualidade (particularmente nos países centrais) é a sua precarização e focalização(particularmente no países periféricos), à mercantilização e refilantropização da questão social, afetam profundamente tanto os setores mais carente quanto o conjunto de trabalhadores [...] (MONTAÑO, 2002, p.15).

Percebe-se os estigmas de voluntariado, ajuda, assistencialismo e filantropia que estão presentes no “terceiro setor”, abrangendo as mudanças ocorridas na forma de resposta a “questão social” e sobre o entendimento dos indivíduos sobre as suas necessidades, evidenciando que este “terceiro setor” está para reproduzir os interesses do capital e não ao interesse daquele que realmente precisa dele, para eles são dadas repostas com esse estigma.

Através disso, é conveniente inferir que o “terceiro setor” tem um viés ideológico, afinado aos interesses do capital e possui uma origem e uma idealização, que ao longo da

história produz e reproduz as misérias da sociedade brasileira através de sua hegemonia. Assim, identificamos que o “terceiro setor” não é um termo neutro, ele tem intencionalidade clara. Montano (2002), chama a atenção da precedência norte-americana na incorporação deste ideário num contexto onde o associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal, tendo sido cunhado por intelectuais orgânicos do capital, sinalizando clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias a alta burguesia (MONTAÑO, 2002, p.53)

No âmbito da reformulação do padrão a resposta as expressões da “questão social” constata-se a necessidade de aprofundamento do estudo sobre o “terceiro setor”, devido as formas de implementações de resposta a “questão social” disposta por ele e como metamorfoseia a compreensão do indivíduo sobre a suas demandas e como atendê-las. E como isso pode recair sobre o trabalho do assistente social, e a importância de compreender esse fenômeno que muda o “trato” a “questão social”, para que ele não caia nas “armadilhas no teorismo, militância e tecnicismo” em sua prática profissional, devido as demandas por respostas rápidas, a insuficiência de recursos e retirada do sentido de direito para transformar em ajuda com prática voluntariada, onde retira a entendimento da sociedade sobre o que levou a constante miséria e o causador dela.

Assim, para evidenciar essa suposições, o trabalho se desenvolveu em dois capítulos, onde o primeiro capítulo discute a “questão social”, o processo que antecedeu a crise do capitalismo que levou a hegemonia do neoliberalismo e no segundo capítulo aborda como surge o “terceiro setor” e o seus resultados na resposta da “questão social” e na intervenção profissional do assistente social.

2 QUESTÃO SOCIAL: A EVIDÊNCIA DO CONFLITO ENTRE CAPITAL E TRABALHO E SUAS MANIFESTAÇÕES

A “questão social” é entendida como um resultado do desenvolvimento do capitalismo e das contradições produzidas por ele. Se evidência na realidade daqueles indivíduos que precisam vender sua força de trabalho para suprir suas necessidades. Em cada nova fase do capitalismo novas expressões da “questão social” surgem, fazendo que seja cada vez mais sentida pela sociedade e sendo seu enfrentamento respondido nas mais diversas formas, que buscam somente amenizar suas diferentes manifestações.

A partir de contribuições de autores da teoria crítica, tais como Netto (2001), identificamos que em cada nova fase do capitalismo é presenciada formas de acumulação de capital onde evidencia-se o agravamento da “questão social” e a manifestação de suas expressões. Para o autor, com a acumulação de capital tem-se a expansão da riqueza social e ao mesmo tempo a ampliação da pobreza, devido à intensa exploração da força de trabalho.

Essa exploração da força de trabalho é expressa diante das relações sociais, imposta pelo capital, onde se tem um indivíduo que necessita de vender seu trabalho para tentar suprir suas necessidade e um outro indivíduo que possui um poder aquisitivo para comprar essa força de trabalho, fazendo com que as relações sejam definidas conforme a necessidade do capital. Com isso, “a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que opõem frente a frente capitalistas e proletariado” (NETTO, 2001, p. 136).

Através disso, percebemos que a forma como a força de trabalho é colocada para obter a reprodução do capital é diante uma exploração contínua que gera a desigualdade, pois em cada recessão do capitalismo ela é substituída e precarizada. Entendendo a partir da “lei do valor”, onde o “trabalho vivo” (indivíduo) gera um valor variável e enquanto o “trabalho morto” (máquinas) obtém um valor constante, assim entende-se que com o trabalho morto pode-se manter um gasto imparcial e com trabalho vivo esse valor é variável, e assim, deduz que há necessidade de diminuir esse trabalho vivo. Mas com o restante do trabalho vivo que não foi substituído, tem-se o aumento da jornada de trabalho e uma exigência para que cada vez mais possa produzir e portanto obter a produtividade necessária para o capital crescer, evidenciando –se aí uma relação de exploração da força de trabalho daqueles não detentores dos meios de produção. Sendo assim, destaca-se que não ocorrendo a socialização do valor produzido, fomenta-se a valorização do capital e a desvalorização da força de trabalho que é um dos reflexos da “questão social”.

Neste sentido, de acordo com Iamamoto (2001), é preciso ressaltar que a “questão social” deve ser analisada em conjunto com as configurações assumidas pelo trabalho e como parte das relações sociais assumidas pelo capitalismo, “é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (IAMAMOTO, 2001, p. 10). Conforme ressalta a autora, é preciso ter clareza que está se produz e reproduz de acordo com o desenvolvimento do capitalismo, tendo sua particularidade em cada momento histórico.

Compreendemos que “questão social” está presente em nossa sociedade a partir do momento que ocorre o desenvolvimento do capitalismo e sua reprodução é baseada na relação capital/ trabalho. Como é ressaltado por Netto:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, “questão social” - diferentes estágios capitalismo produzem diferente manifestações da “questão social”: esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (NETTO, 2007, p. 157).

Percepcionando que a “questão social” é elemento presente na sociedade no modo de produção capitalista, entende-se que ela se manifestou e se manifesta em todas fases do capitalismo. Com isso, torna-se relevante analisar algumas fases do capitalismo e como a “questão social” se expressa nestes diferentes momentos.

De acordo com Netto (2001), observamos que os primeiros indícios da “questão social” surgiram no século XVIII na Europa, porém com o nome de “pauperismo”. Tal referência é afirmada quando o capitalismo estava em sua fase industrial - concorrencial, onde observa-se uma movimentação de homens e mulheres saídos do campo para trabalhar na indústria, evidenciando-se uma grande exploração por parte do capital em relação esses trabalhadores, para obter maiores lucros e produtividade, ocasionando na vidas desse indivíduos necessidade nunca antes vivenciados sem condições de supri-las. Para o autor:

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciando na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial- concorrencial (...) (NETTO, 2001, p.42).

Através da situação imposta para esses indivíduos e a forma de enfiamento por meio fiscalizatória e moralizante, esses trabalhadores compreendem a necessidade de mudar esse

cenário e que não podia continuar na categoria de “pauperizado”. A partir desse entendimento começam a se organizar através de protestos na metade da década do século XIX, reivindicando transformações. Foi então, “a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo se designou como “questão social” (NETTO, 2001, p. 43).

Com o entendimento das situações presenciado pela sociedade diante da contradição imposta pelo capitalismo em sua fase inicial que a “questão social” começa a ser entendida na sua particularidade, e diferentes formas de enfrentamento são impostas. Como é discorrido por Iamamoto:

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para esfera pública, exigindo a interferência do Estado para reconhecimento e a legislação de direitos e deveres dos sujeitos envolvidos (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

E assim, o Estado propõe formas de enfrentamento das expressões da “questão social”, baseadas no uso da força, e com políticas sociais, focalizadas e seletivas que tem como objetivo o “combate à pobreza”. Essa ação mesmo sendo geradora de grande desigualdade e possuírem respostas paliativas, não é possível supor uma forma de enfrentamento sem a presença do Estado, pois o capitalismo em suas fases mais maduras tem o objetivo de agravar essa desigualdade. “A questão social” diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Essa afirmação é perceptível a partir do momento em que o capitalismo concorrencial chega ao fim e outra fase dele é instaurada. Neste momento, observa-se que as contradições tendem a aumentar e novas expressões da “questão social” são manifestadas. De acordo com Netto (1996), no último quartel do século XIX o capitalismo presenciava profundas modificações econômicas, onde o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo monopolista. Ocorrendo profundas modificações, que através do “capitalismo monopolista recoloca em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradição que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 1996, p. 15).

Essa fase do capitalismo tem como foco a busca intensiva por lucro, isso se dá a partir do controle do mercado para que ocorra a ampliação do capital, assim promovendo o domínio sobre a economia, a política e sobre o Estado para que seus interesses de ampliação aconteçam sem interrupções. “O capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a

socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-se por cima de povos e Estado” (NETTO, 1996, p. 20).

Essa contradição é percebida quando o trabalho vivo é substituído por novas tecnologias, que tem como objetivos manter a giro do capital constante que as máquinas produzem e usar a capital variável da força de trabalho para investimentos em monopólios para aumentar o lucro. Com isso, o “monopólio faz a taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva (NETTO, 1996, p. 17).

Com o referido aumento de trabalhadores que são retirados do mercado de trabalho, a expressões da “questão social” tendem a aumentar, o “ Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é seu Estado” (NETTO, 1996, p. 22), assim seu enfretamento é direcionado ao interesse do capital, sendo baseado no controle dessa força de trabalho para que não ocorra reivindicação por melhores condições de vida e trabalho, garantindo a manutenção da reserva industrial de trabalhadores. Desta forma, as políticas sociais são impostas conforme a ordem burguesa. Como é afirmado por Netto:

(...) a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalista/trabalhador; lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social” (NETTO, 1996, p. 27).

Diante disso, é perceptível que as expressões da “questão social” são respondidas de acordo com o interesse do capital, onde se tem políticas sociais que somente amenizam algumas contradições e fazem com que essas expressões sejam entendidas como problemas particulares, pois tem como objetivo manter a lucratividade do capital, e retirar qualquer possibilidade das demandas da classe trabalhadora colocando em risco a ordem burguesa. Como é exposto por Netto:

(...) a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza, como as característica que já anotamos, fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remete-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidades físicas etc.) e assim enfrentadas (NETTO, 1996, p. 28).

A configuração assumida pelo trabalho na concepção do capital se dá diante da necessidade de produtividade do indivíduo que vende sua força de trabalho para que o capitalismo possa buscar intensivos lucros e acúmulo de capital, onde o resultado disso é exploração do indivíduo e precarização do trabalho.

Essa desvalorização do trabalho e apropriação de bens produzidos gera o que chamamos de “questão social”, onde o capital impõe uma forma de trabalho e se apropria da riqueza produzida por essa força de trabalho, fazendo com que essa força de trabalho viva com o mínimo do mínimo que foi produzido por ele, equivalendo que a miséria seja parte da sobrevivência desse indivíduo, pelo fato de não ter condições de suprir suas necessidades.

Esse processo de apropriação de riqueza, exploração do trabalho e valorização do capital que gera a “questão social” não é recente em nossa sociedade e muito menos está por acabar, em cada fase, o capitalismo vivencia novas expressões da “questão social” e formas de enfrentamento são impostas, mas propicia o triunfo do capital.

Entretanto o capitalismo tende a se desenvolver em cada crise que é instaurada por ele, para obter a sua valorização e manter sua acumulação constante. “ As crise capitalistas, demarcam os ciclos econômicos , não tem uma única causa: elas são resultados da dinâmica contraditória do MPC¹ – as múltiplas contradições que constituem a MPC convergem a crises” (NETTO, 1996, p. 160), essas contradições são percebidas na quantidade de mercadoria produzida e não consumidas, gerando baixa lucratividade e no não poder de comprar dos indivíduos que vendem sua força de trabalho, ocasionado a estagnação da fase capitalista vigente, onde outra nova fase desse capitalismo é empregada. Através disso, proporciona transformações na sociedade que resulta em novas expressões da “questão social”, mas que faz com que essas expressões sejam entendidas de forma diferente pra que seja analisada a partir de um ponto de vista da ordem burguesa.

Iamamoto (2010, p. 107.), nos evidencia como um exemplo disso, o capitalismo financeiro², constituído diante os ideais neoliberais, manifestando se como uma nova proposta que “nessa nova dinâmica do capital é o seu acesso : o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e a suas lutas- que cria riqueza para outro experimentado a radicalização dos processos de exploração e expropriação” (Ibidem).

¹ MPC - Modo de produção capitalista

² O capitalismo financeiro de acordo com Iamamoto (2010, p. 107) é gerido por capital que rende juros, através dos grandes grupos industriais transnacionais articulados no mundo das finanças. Sendo esses juros provenientes de bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, fundos de mútuos e sociedade financeira de investimento.

Nessa nova fase do capitalismo³ tem-se como objetivo a acumulação do capital, a mundialização do capital⁴ e reestruturação produtiva⁵, para poder recuperar os lucros perdidos em mais uma crise, isso se reflete na vida dos trabalhadores que sofrerão com a flexibilização do trabalho, o desemprego, altas jornadas, baixa remuneração e retiradas de direitos conquistados diante de lutas.

Essas novas condições históricas metamorfoseiam a questão social inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando- a de novas determinações e relações sócias historicamente produzidas, e impõem o desafio de elucidar o seu significado social presente (IAMAMOTO, 2010, p. 107).

Nessa fase do capitalismo a “questão social” é entendida como um problema dos indivíduos e que a ação do Estado deve ser cada vez mais reduzida. Onde cada vez mais vê o dinheiro sendo a principal forma de produzir e reproduzir a sociedade.

Nesse cenário a velha questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sócias que o impulsionam. Fatura está que vem se traduzida na banalização da vida humana, na violência escondida na fetichização do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar tais espaços e esfera da vida social (IAMAMOTO, 2010, p. 144).

Nessa nova etapa do capitalismo, as expressões da “questão social” são percebidas na alienação do trabalhador que não sabe o que produz e o valor adquiridos nisso, na superexploração que se faz sobre ele para que possa produzir cada vez mais, nos fechamento de postos de trabalho com a desculpa de cortes de gastos, fazendo com que o medo do desemprego os obrigue a receber o que lhe for oferecido.

Essa colocação da “questão social” nessa ordem tem o objetivo de retirar completamente a responsabilidade do Estado e do capital diante das contradições produzidas por ele e recolocar essa culpa no indivíduo que sofre com ela e que por conta própria procure meios de supri-las. Isso se dá a partir do momento em que a classe burguesa percebe que é necessário um Estado social mínimo e máximo para economia, para que o capitalismo possa se reestruturar, fazendo com que cada indivíduo procure de forma autônoma condições para suprir suas necessidades sem precisar do Estado e muito menos do capitalismo. E diante disso que as organizações

³ Essa nova fase é conhecida é marcado pelo esgotamento do capital monopolista e a acessão de um novo estágio conhecido como financeiro.

⁴ Conforme Iamamoto (2010, p.108) a mundialização é entendida como a fusão e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia.

⁵ Segundo Mota *et al.* (2006, p.2), a “reestruturação produtiva centrada menos no avanço tecnológico e fundamentalmente na redução dos custos do chamado “fator trabalho” com elevação das taxas de exploração.”

sociais formadas pela sociedade civil se tornam o novo responsável pelas respostas às expressões da “questão social”, retirando parte da obrigação do Estado, provocando que as respostas sejam baseadas no voluntarismo, ajuda e solidariedade.

Por fim, é perceptível que a “questão social” é fruto de uma contradição entre capital e trabalho, onde se tem uma apropriação privada por parte do capitalismo da produção e aqueles que fazem parte dessa produtividade. E que em cada nova fase instaurada pelo capitalismo ela tende se agravar, e seus enfiamentos tendem a ser cada vez mais mercantilizados e multiplicadores da miséria humana.

2.1 “QUESTÃO SOCIAL” E O ESTADO DE BEM-ESTAR: A REALIDADE DOS PAÍSES DE CENTRO E DO BRASIL

No final dos anos de 1970, inicia-se uma crise no modo de produção capitalista que afeta o mundo, causando transformações nas relações de produção e reprodução da sociedade. Essa crise é sentida nas restrições de direitos sociais conquistados, nas mazelas e precarização no mundo do trabalho que reproduzirá ainda mais a desigualdades sociais. E para além disso, o Estado se desresponsabilizara de suas obrigações de intervir na “questão social”, passando essa obrigação para outro: o “terceiro setor”. Essa reconfiguração, trouxe uma nova forma de resposta à “questão social”, prestando um extenso serviço ao capital e à ofensiva neoliberal, na luta pela hegemonia no âmbito da sociedade civil (MONTAÑO, 2002).

Contudo, antes desse momento depressivo do capital e das restrições do Estado, é possível observar que parte do mundo vivenciou um importante momento de valorização do trabalho, do atendimento as necessidades dos indivíduos e uma intervenção do Estado no âmbito social, que ficou conhecido como *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social.

Esse período, que antecede o final dos anos de 1960 a início dos 1970, registra que o mundo estava presenciando a construção do pacto Fordista-Keynesiano (BIHR, 1998). Marcado pelas mobilizações sindicais e partidárias dos trabalhadores e pressão para a incorporação de capital à suas reivindicações sociais legítimas, esse momento destaca-se em avanços no campo das legislações trabalhistas e da proteção social (MOTA, 2009). De acordo com a autora, observamos ainda que este período é marcado pela expansão do capital, por elevadas taxa de crescimento econômico, ampliação de emprego e uma forte intervenção do Estado⁶.

⁶ De acordo com Behring e Boschetti (2009, p. 86) a intervenção do Estado conforme o pacto fordista-keynesiano, está baseada a partir da ação do Estado, de elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns mecanismos (...). São eles: a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar as amplas

Dentro do exposto destaca-se então, que nesta fase é consagrada as tendências do *Welfare State* nos países de capitalismo central, onde toda a sociedade de alguma forma era contemplada por direitos sociais e garantias ao trabalho, conquistados e legitimados pelas lutas sociais. Os trabalhadores tiveram condições ao consumo de mercadorias visando suprir algumas necessidades que cercam sua vida. Desta forma, observa-se que com o aumento deste consumo por parte dos trabalhadores criaram-se “as condições para o surgimento da produção e do consumo em massa, típicos do regime fordista de produção” (MOTA, 2009, p. 6), resultando um processo de acumulação do capital: “produção/circulação/ consumo”, que favoreceu a mais-valia e os superlucros, ocasionando uma concentração de capital. Contudo, nos países periféricos como é o caso do Brasil, não aconteceu dessa forma como é destacado por Behring.

No Brasil, estes processos ganham configurações particulares, considerando que não tivemos situação de pleno emprego: tivemos aqui a crise do Estado desenvolvimentista, que ampliou o mercado interno de trabalho e de consumo, sem nunca chegar à sombra do pleno emprego, do pacto social-democrata e do *welfare state* (BEHRING, 2010, p. 1).

Podemos afirmar que esse momento de conquista não fez parte da história do Brasil, pelo fato deste ter passado pela ditadura militar que se instaurou de 1964 e durou até 1985, trazendo outras expressões, onde destaca-se o cenário de repressão e restrição de direitos, nas vidas desses trabalhadores, mas que por um lado contraditório trouxe o incremento de políticas sociais. Como é ressaltado pelas autoras.

Assim, a ditadura militar reeditou a modernização conservadora como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas no Brasil, agora de natureza claramente monopolista (NETTO, 1991), reconfigurando nesse processo a questão social, que passa a ser enfrentada num mix de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças do trabalho que descontavam. Nesse quadro, houve um forte incremento da política social brasileira (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 136).

Assim, podemos perceber que o Brasil não teve uma experiência do Estado de bem-estar social, pois estava presenciando um outro momento, marcado pelo desenvolvimentismo e controle da força de trabalho.

Diferente da trajetória que determinou o welfare, o desenvolvimentismo no Brasil foi resultado de um processo de modernização conservadora que consolidou a

flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/ trabalho através de políticas salarial e do “controle de preço” a distribuição de subsídios; a política social. Esse conjunto de estratégia e técnicas anticíclicas (Ibidem). Segundo as autoras esse pacto surge após a Segunda Guerra Mundial, onde o mundo presenciou uma profunda crise do capitalismo, sendo ela a da década 1930.

industrialização e o crescimento econômico, mas que não redistribuiu os resultados dessa expansão com a maioria da população trabalhadora. Merece, portanto, ser ressaltada a inexistência da experiência welfareana no Brasil apesar da criação de algumas políticas de proteção social, instituídas a partir do anos 49, mas que somente redefinida no anos 80, quando se instituem as bases formais e legais do que poderia ser um Estado de Bem – Estar Social, na constituição de 1988(...) (MOTA, 2009, p. 2).

Podemos perceber que a proximidade que Brasil teve com uma possível construção de um *Welfare State* foi com a Constituição de 1988, fruto de lutas sociais que buscaram a efetivação dos direitos para todos, avançando nos marcos legais na configuração das políticas sociais e na configuração de um possível estado de direito. De acordo com Netto apud Montañó (2002, p. 35) “(...) a Constituição de 1988 configurou um pacto social, que pela primeira vez no país, apontava para construção de “uma espécie de Estado de Bem-Estar Social”.

No entanto, infelizmente não assistimos à consolidação deste modelo, uma vez que nos países de capitalismo central manifestava-se uma crise que se instaurou em 1974 e chegou ao Brasil entre 1980 a 1990 impedindo a efetivação do texto constitucional em sua plenitude, para propagação da hegemonia do neoliberalismo.

Percebemos que o Brasil não pôde experimentar o que seria o Estado de bem-estar social. E ainda, as possibilidades de avanço na área social que poderiam ter sido alavancadas com a promulgação do texto constitucional de 1988, foram interrompidas antes mesmo de sua efetivação em função da crise já manifesta nos países de centro, e da adoção do neoliberalismo como alternativa. De acordo com Behring e Boschetti (2009), tão fato ainda é mais evidenciado diante da realidade de heteronomia e conservadorismo presentes no Brasil desde a constituição do capitalismo. Para as autoras:

[...]“ o país foi pego a meio do caminho na sua tentativa tardio de montagem de um Estado de Bem- Estar Social” (2000, p. 35), um processo que foi atropelado pelo ajuste neoliberal, alimentado pelo drama crônico brasileiro tão bem apanhado por Fernandes (1986), no qual a heteronomia e o conservadorismo político se combinam para deliberar um projeto antinacional , antidemocrático e antipopular por parte das classes dominantes, no qual a política social ocupa um lugar concretamente secundário, à revelia dos discursos “ neo-sociais” e dos solidarismo declarado (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 159).

Mesmo esta crise chegando tardiamente ao Brasil, fazendo com que este não pudesse experimentar o que seria este Estado social, Montañó (2002) destaca que “entre 1979 e 1994, o Brasil viveu um período de estagnação da renda *per capitã* e da alta inflação sem precedentes em sua história que foi designada como uma crise fiscal que agravou ainda mais a situação dos cidadãos brasileiros, num quadro de ditadura militar que veio a instaurar um projeto tecnocrático e modernizador- conservador no país. Sendo assim:

Em 1974, começam a transparecer as primeiras fissuras e sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime, em função dos impactos da economia internacional, restringindo o fluxo de capitais, e também dos limites internos. Os anos subsequentes serão marcados pela distensão, pela abertura lenta e gradual do regime, num processo de transição para democracia que irá condicionar em a adesão brasileira as orientações conservadoras neoliberais, já em curso no nível mundial, implicando o caráter tardio de adesão brasileira ao neoliberalismo. Dessa forma, colocou-se em marcha uma transição democrática fortemente controladora pelas elites para evitar a constituição de uma vontade popular radicalizada (Sader, 1990;1), o que era possível diante do volume de demandas represadas oriundas do aprofundamento da questão social em face do projeto da ditadura e das mudanças estruturais no país, que saiu desse mais urbanizada e industrializada (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 137-138).

Entendo que diante da crise vivenciada o país passou por vários momentos, como a saída da ditadura militar e a instauração da Nova República em 1985, ainda presenciava uma crise profunda que restringia direitos conquistados, uma reestruturação do Estado, colocando por terra os direitos da Constituição de 1988 que foi alcançada diante de lutas sociais, que nos dias atuais com os poucos direitos existentes é presenciado cada vez a desigualdade social. Como é ressaltada pelo autor. “Os anos 1990 até os dias de hoje tem sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e das violências” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.147).

É perceptível que no Brasil não houve um processo de instalação do Estado previdenciário devido os seus traços constantes de dependência e subordinação, mas nos países desenvolvidos foi presenciado os benefícios do *Welfare State*, porém esse projeto de um Estado Social teve seu esgotamento devido a pressão da ordem vigente que constatou uma ameaça para o seu desenvolvimento e assim, a necessidade de retirá-lo da sociedade.

2.2 CRISE E RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES ESTADO/SOCIEDADE

Conforme salientado anteriormente, o Estado de bem-estar social presenciado pela sociedade nos períodos dos anos que antecederam 1970, foi alcançado por uma crise do capitalismo⁷ que presenciou as baixas taxas de lucro, altas inflações, acumulação sem consumo e uma crise fiscal sem precedentes, que transformou de vez o mundo do trabalho. Como exposto

⁷ Consoante a Behring e Boschetti (2009, p. 116) essa crise do capitalismo, “foi uma crise clássica de superprodução”.

por Mota (2009) as consequências levaram a uma crise com expressões emblemáticas para a classe trabalhadora.

[...] Em outras palavras, quando são produzidos mais mercadorias do que a população pode comprar, o processo de acumulação é afetado, uma vez que os estoques de mais-valia não asseguram o fim capitalista. Para isso, não basta produzir mercadorias, estas precisam ser transformada em dinheiro para rapidamente, retornarem o incessante processo de acumulação do capital: produção/ circulação/ consumo. As expressões mais emblemáticas das crises são a reduções de operações comerciais, acúmulo de mercadorias estocadas, redução ou paralisação da produção, falências, queda de preço e salários, crescimento desmesurado do desemprego e empobrecimento generalizado dos trabalhadores. Suas causas podem ser diversas, tais como: a anarquia da produção, a concorrência intercapitalista, com a conseqüente queda tendencial da taxa de lucro, o subconsumo de massa, ou ainda podem ser potenciadas por algum incidente econômico ou geopolítico (MOTA, 2009, p. 3).

Conforme destacam Behring e Boschetti (2009), em 1970 o capitalismo tentou administrar a crise, a partir da reanimação monetária que se baseava no estilo Keynesiano, onde se observa a presença do Estado como amortecedor da crise.

O capitalismo administrou a crise do início de 1970, que marcou o ponto de inflexão (diga-se: a entrada em período de estagnação), por meio de limitadas estratégias de reanimação monetária ainda no estilo keynesiano, apesar dos discursos em contrário. Assim, mais uma vez o Estado atou como uma almofada amortecedora anticrise. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 116-117)

Essa administração não teve grandes efeitos para conter a crise da superprodução, pois “em 1980-1982, tem-se uma nova crise (...). As saídas monetárias apontavam para um prolongamento do quadro recessivo e depararam-se com crise fiscal do Estado e os riscos de inflação galopante (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 117). Para Montão (2002), a crise fiscal do Estado se dá devido aos gastos em relação ao lado social e do capital, sendo a retirada desse valor da arrecadação de impostos que pela impossibilidade de aumentar esse imposto ocorre essa crise fiscal.

Para conseguir superar a situação de crise do capitalismo e proporcionar novamente o aumento da taxa de lucro e mais-valia que são pontos importantes para ampliação do capital, é imposto um mecanismo para o “seu enfrentamento, pautado na reestruturação produtiva, na mundialização financeira, nos mecanismo de gestão do trabalhos e nas estratégias de construção da hegemonia do grande capital” (MOTA, 2009, p. 1).

Esse mecanismo de enfretamento impacta na vida dos trabalhadores de forma relevante, ocasiona mudanças na venda da força do trabalho, altas taxas de desemprego⁸, precarização no ambiente de trabalho, intensificação das horas de trabalho e baixa remuneração, reativando o “exército industrial de reserva” que nos tempos do *Welfare State* foi suprimido.

[...] em conjunturas de crise a principal tarefa das classes dominantes passa ser a de erigir contratendências a queda da taxa de lucro. Nesse processo devem intensificar os métodos de trabalho, modificar as formas de vida operaria e, principalmente, engendrar as bases políticas e sociais de uma iniciativa que permita as classes dominantes tornar seus interesses particulares em universais, isto é válido para todas as classes (MOTA, 2009, p. 4).

Além da destruição do pleno emprego, o Estado de bem-estar social, teve seus dias contados para o capital, uma vez que para este, somente a inexistência do *Welfare State* pode ser uma das soluções para saída da crise. “A desmontagem (total ou parcial) dos vários tipos de *Welfare State* é o exemplo emblemático da estratégia do capital nos dias correntes, que prioriza a superação de direitos sociais arduamente e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização” (...)” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 225).

Essa desmontagem, superação e flexibilização foi sentida fortemente pelos indivíduos que vendem sua força de trabalho e que participaram através de lutas sociais para que a intervenção do Estado pudesse suprir determinados serviços que com os baixos salários não podem ser adquiridos e que de forma geral é uma obrigação do Estado e um direito de todos. Mas os ideais de superação da crise e reestruturação, mudaram as relações sociais a favor do capitalismo, como é ressaltado por Mota (2009).

A dinâmica crise-restauração incide nas relações sociais e implica o redirecionamento da intervenção do Estado. Este por sua vez, redefine seus mecanismos legais e institucionais de regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, instituindo renovadas formas de intervenção relativas aos sistemas de proteção social; a legislação trabalhista e sindical, além daqueles diretamente vinculados à política econômica. Neste contexto, se redefinem as relações entre Estado, sociedade e mercado. Determinando medidas de ajuste econômicos garantindo a acumulação capitalista, em conformidade com as particularidades de formação social (MOTA, 2009, p.4).

Essa redefinição das relações sociais foi um modo estratégico de retirar do Estado a obrigação de servir ao interesse da sociedade, para somente servir os interesses do capital e assim poder reaver sua acumulação, restaurar sua economia, amenizar a “recessão profunda

⁸ Essas taxas de desemprego segundo Netto (2006) são causadas pela flexibilidade do trabalho. Como é ressaltado (...) todos os países onde o trabalho foi “flexibilizado”, isso ocorreu juntamente com o crescimento do desemprego (NETTO, 2006, p. 219).

ou inflação acentuada” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009), e por fim, retirar gastos que os direitos sociais e as relações de trabalho podem causar. De acordo Netto e Braz:

[...] O Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado e, pela primeira vez na história do capitalismo , a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjuntos de mudanças para ampliar direitos, a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s) destinado à supressão ou redução de direito e garantias sociais (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227).

No âmbito da crítica de um Estado que promoveu gastos em prol de direitos e garantias sociais que possibilitou que a classe trabalhadora pudesse suprir algumas necessidades, mas com alegação de uma crise fiscal sem precedente, esse Estado é retirado para evitar gastos. Mas pode-se visualizar que o capital pretende o afastamento do Estado das demandas da classe trabalhadora, para que suas demandas sejam atendidas e para que ocorra a superação da crise.

Esse momento discorrido sobre superação da crise que passa o capital e as formas de enfrentamento, tem como base as ideias neoliberais que será instaurado no mundo, em principal nos países de capitalismo central na década de 1980, onde neoliberalismo⁹ irá desfazer algumas conquistas para reaver o triunfo do capital. Como é colocado por Anderson (1995):

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 2).

Quando é fala na quebra do sindicato é possível perceber a necessidade do neoliberalismo, em retirar o poder do sindicato para que não tenha uma articulação política dos trabalhadores para reivindicação de direitos. Sendo expressado pelos autores.

O primeiro passo é o ataque ao movimento sindical, um dos suportes do sistema de regulação social encarnado nos vários tipos de *Welfare State* – com o capital atribuindo às conquistas do movimento sindical a responsabilidade pelos gastos públicos com as garantias sociais e a queda das taxas de lucro às suas demandas salariais. Nos finais dos anos setenta, esse ataque se dá por meios de medidas legais restritiva, que reduzem o poder de intervenção do movimento sindical; nos anos oitenta, o assalto do patronato tomo forma claramente repressiva (NETTO; BRAZ, 2006, p 215)

⁹ Anderson (1995, p. 1) define o neoliberalismo com:” com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”.

Além disso, os ideais neoliberais vêm com a proposta de uma reforma do Estado mais no sentido de retirada de direito. Como podemos observar nas palavras do autor:

[...]o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado - e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjuntos para ampliar direitos : a partir do século XX *sobre o rótulo de reformas (s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinada a supressão ou redução de direito e garantias sociais* (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227).

Nesse conceito de retirada de direitos sociais, há críticas dos ideais neoliberais sobre o *Welfare State*. Como é ressaltado por Behring (2009):

[...] Segundo Montes, o neoliberalismo, contudo, descobre os “perigosos efeitos” do *Welfare State*. São eles: a desmotivação dos trabalhadores, a concorrência desleal (porque protegido), a baixa produtividade a burocratização, a sobrecarga de demandas, o excesso de expectativas. E a conclusão neoliberal é: mais mercado livre e menos Estado Social, a partir de final dos 70 quando assume governo claramente identificados com programática conservadora (BEHRING, 2009, p. 3).

E nessa tendência de enfretamento da crise que as influências neoliberais se propagaram pelo mundo. Através disso, o Estado social tem o seu fim, pois sendo uma das consequências de aprofundamento da crise do capital, acreditando que é necessária uma reforma nas bases de intervenção do Estado.

Se o Estado Social foi um mediador ativo na regulação das relações capitalistas em sua fase monopolista, o período pós-1970 marca o avanço de ideias neoliberais que começam a ganhar terreno a partir da crise capitalista de 1969-1973. Os reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação foram um fermento para os argumentos neoliberais criticarem o Estado Social e o “consenso” pós-guerra, que permitiu a instituições do *Welfare State* (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 125).

Sendo assim, observa-se a hegemonia neoliberal sendo empregada pelos países de capital central, tendo como objetivo restaurar os países devido à crise do capitalismo que foi imposto. Porém, segundo Behring e Boschetti (2009), as ideias neoliberais não trouxeram tantas mudanças, mas agravaram situações, como é discorrido pelas autoras.

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificado, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão de obra e redução de gastos com políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 127).

Consta-se que os objetivos de enfrentamento da crise do capital não trouxeram resultados imediatos para o capitalismo, porém intensificou a desigualdade social e as mazelas da classe trabalhadora, que perdeu direitos conquistados. Um exemplo disso é a ruína do pelo “pleno emprego” propagado pelo Estado Social. As garantias de emprego foram substituídas pela onda de desemprego e retiradas de postos de trabalho, fazendo com que o trabalhador procure formas de ocupação muitas vezes precária. Conforme destaca Netto: “Defensores do capital, pela defesa de *forma precária* de emprego (sem garantias) e do emprego em *tempo parcial* (também frequentemente sem garantias) que obriga o trabalhador a buscar o seu sustento simultaneamente, em várias ocupações” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 218).

Toda esta situação vem fomentando a intensa miséria que poderia ser amenizada pelas políticas sociais que são demandadas para suprir as necessidades básicas que com a venda força do trabalho não podem ser mais obtidas, porém não se obtém respostas concretas e sim paliativas, isso se dá diante as formas que essa políticas sociais são demandas pelo capital, como já foi citado anteriormente.

De acordo com Netto e Braz (2006), o capital tem como objetivo, conseguir retomar suas taxas de lucro, que tendem a criar novas formas de reafirmar a exploração da força de trabalho, umas vez que conforme a ordem vigente o causador dessa crise de superprodução é a classe trabalhadora já que os gastos sociais do Estado, seriam destinados a esta. Assim a alternativa encontrada seria consolidar agora um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227).

Dialogando com que foi exposto é possível perceber que os ideias neoliberais se propagam pelo mundo com o a função de reverter todas as conquistas do Estado de bem-estar social e modificar por completo o “mundo do trabalho”. Pode-se confirmar isso no que é exposto por Anderson:

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p.2).

Como foi dito anteriormente no período de 1969 a 1973 quando os países de capitalismo central sentiam as expressões da crise restaurada pelo capitalismo e os avanços das ideias

neoliberais, no Brasil estas expressões ainda não tinham se afirmado por completo e a suas consequências ainda estavam por vir.

Conforme Behring; Boschetti (2009), em 1974 os impactos da economia Internacional começam a ser sentidos pelos países periféricos e transparece as primeiras fissuras e esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador. Ocasionalmente nos anos subsequentes uma abertura lenta e gradual do regime que levava a uma cessão para democracia, que condicionara em muito a adesão brasileira às orientações neoliberais, causando de forma tardia a adesão ao neoliberalismo. O motivo para isso de acordo com as autoras é que países se encontravam com um alto índice de inflação, um nível de desemprego exorbitante que ocasionaria uma crise nos serviços públicos devido à grande procura e a não expansão de direitos para suprir essa demanda, além de dar preferência para exportação, esquecendo as necessidades internas do país. Assim, causando um “empobrecimento generalizado”, tendo como resultado principal a inflação como é decorrido pelas escritoras.

(...) Portanto, em síntese, de um ponto econômico, tem-se na entrada de 1990 um país derruindo pela inflação – duras “pedagogia da inflação” que se refere Oliveira (1998:173) e que será o fermento para possibilidade história da hegemonia neoliberal; paralisada pelo baixo nível de investimento privado e público; sem solução consistente para o problema do endividamento; e com uma questão social gravíssima. Tem-se a mistura explosiva que delineia um situação de crise profunda. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.140-141)

Com os ideais neoliberais se propagando pelo território brasileiro viu-se a necessidade de uma reforma do Estado, já que aparentemente, as reformas seriam a base fundante do neoliberalismo. No caso do Brasil, segundo Behring e Boschetti (2009), a forma principal escolhida foi a privatização e desconsideração da seguridade social instituída na Constituição 1988, pois a considerava atrasada e geradora de gasto e assim empenhando essa reforma o país estaria no caminho para um novo “projeto de modernidade”, lembrando que a ditadura militar tinha o caráter modernizador. Com isso, as autoras destacam os seguintes resultados de privatização:

[...] a questão da privatização brasileira, houve entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não-obrigatoriedade das empresas privadas de comprarem os insumos no Brasil, o que levou o desmonte da parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial. Diga-se, o inverso de tudo que foi anunciado: o combate à crise fiscal e o equilíbrio das contas públicas nacionais. Retomamos, então que houve uma *aparente* lógica esquizofrênica que atravessou a ralação entre o discurso da “reforma” e a implementação da política econômica, o que é pouco surpreendente (...). A prática de “reforma”, na verdade, era perfeitamente compatível com a política econômica, o que reforçou a ideia de que seu

discurso constituiu-se de uma ideologia e mistificação, num explícito cinismo intencional de classe (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 153-154).

A privatização não ocorreu somente no contexto da indústria, mas no âmbito das políticas sociais devido ao estigma de cortes de gastos para reaver o lucro do capital, tudo a redor sofreu o processo de mercantilização e necessidade de garantir através do mercado. Em conformidade com Behring:

As políticas sociais entram, neste cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e, de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados. Esse processo é mais intensivo na periferia do capitalismo, considerando os caminhos da política econômica e das relações sociais delineados no item anterior, bastando observar a obstaculização do conceito constitucional de seguridade social no Brasil, a partir dos anos 90 (MOTA, 1995; BEHRING, 2000; BOSCHETTI, 2003; BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Evidentemente, nessa perspectiva, os benefícios, serviços e programas sociais deixam de ser direitos sociais para se tornarem direito do consumidor. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos, já que há resistências e sujeitos em conflito nesse processo eminentemente político, vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (NETTO, 1993). Deve-se considerar também que a degradação dos serviços públicos e o corte dos gastos sociais levam a um processo de privatização induzida nesse terreno. Ou seja, há uma mercantilização e transformação de políticas sociais em negócios – o que expressa o processo mais amplo de supercapitalização (MANDEL, 1982; BEHRING, 2010, p. 9).

Percebe-se que com essa fase do neoliberalismo que o mundo vivencia a “era do consumo”, onde tudo é medido pela capacidade do poder de compra, mas essa particularidade não pode ser adquirida pela classe que constantemente presencia a retirada do Estado para atender suas demandas e não encontra mercado de trabalho devido os índices de privatização de empresas nacionais que empregam tecnologias que estinguem o “trabalho vivo”. Essa fase de consumo que essa classe é imposta, vê cada vez mais as políticas sociais sendo restrita e focalizadas ou são obrigados a acessá-las via mercado, onde observa-se a precarização da condição de vida e o agravamento e novas expressões da “questão social”.

Neste contexto de privatização de direitos e responsabilização da sociedade sobre a suas necessidades, o Estado vai cada vez se desresponsabilizando sobre os direitos e garantias sociais, tornando as precárias e focalizadas, que ao ver do neoliberalismo é forma correta do Estado gerir. E assim, é discorrido por Behring a colocação da hegemonia neoliberal sobre as políticas sociais em tempo de corte de gasto.

O ajuste tem passado, na verdade, pela desregulamentação dos mercados, pela redução do *deficit* fiscal e/ou do gasto público, por uma clara política de privatização, pela capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional, inclusive

como condição para empréstimos dos países da periferia. Para a política social, assim, a grande orientação é a *focalização das ações*, com estímulo a fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferência de renda, e a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil (...) (BERHING, 2010, p. 10-11).

E possível perceber uma transferência de responsabilidade sobre a gestão das políticas sociais que além de se tornarem focalizadas, e a sua formulação e efetivação torna-se responsabilidade da sociedade, constata que o Estado cada vez mais se vê afastado das demandas da classe trabalhadora. Essa transferência é torna-se perceptível no Brasil com o Programa de Publicização, conforme destacado pela autora:

[...] o *Programa Publicização*, que se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como de regulamentação do terceiro setor para execução de políticas públicas. Essa última estabeleceu um Termo de parceria com ONGs e Instituições Filantrópica para implementação das políticas. Essa nova arquitetura institucional na área social – sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade – se combinou o serviço voluntário, qual desprofissionalizava a intervenção nessa área, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntario não remunerado (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 154).

Com essas mudanças, as relações de trabalho que deveriam ser percebidas e tratadas pelo Estado, também podem ter a sua retirada, ocasionando o agravamento da “questão social” transferida para outros setores cabendo ao Estado cada vez mais, o papel de “comitê executivo da burguesia”.

É observado que com a crise e as ideias neoliberais que se propagaram pelo mundo com o fundamento de levantamento do capital, as relações sociais mudaram completamente, mas no sentido de retirada de conquistas que de alguma forma favoreciam à classe trabalhadora, onde se tem o agravamento das condições de vida; percebendo o surgimento de novas expressões da “questão social” em nome da acumulação do capital, mas que não deve ser respondida pelo Estado, pois estamos em novo momento, onde as respostas dessa “questão social” devem ter uma nova forma de enfrentamento devido ao fato da desresponsabilização do Estado e ao corte de gastos. Como é destacado por Montañó (2002):

(...) (e como resultado) do processo de reestruturação do capital particularmente no conjunto de reformas do Estado, como uma opção teórica- metodológica capaz de dar conta do fenômeno em sua totalidade. Assim, mudanças na cultura (cf. Mota, 1995), alterações na racionalidade e valores sociais(...), significativas alterações no perfil do cidadão (cada vez mais ligado ao consumo no lugar do trabalho), transformações na legislação trabalhista (“flexibilização” e eliminação de leis que visam garantir direitos conquistado do trabalhador) e a base democrática (cada vez menos participação da sociedade no processo decisório nacionais), constituição de um “ novo contrato

social” (que visa substituir aquele característico do período fordista/ keynesiano), tudo isso emoldurado um processo para nós central: a configuração de uma nova modalidade de trato à “questão social” (MONTAÑO, 2002, p. 187).

Para além do intuito da transferência de responsabilidade para a sociedade, sobre as repostas a serem dadas para as expressões da “questão social” que se agravaram com as ideias neoliberais, e que poderiam causar mais gastos sociais para Estado e acirrar a crise que o capital se encontra, destaca-se a necessidade de retirar a “leitura da questão social como resultado da contradição capital/ trabalho” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 1), e potencializar que a responsabilização destas expressões recaia sobre o indivíduo, obrigando este buscar respostas a estas demandas, reafirmando a solidariedade e o voluntarismo.

Diante do exposto, consideramos fundamental afirmar que através da busca de outras formas de responder as expressões da “questão social” que afeta a sociedade, e com propósito de retirar do Estado essa reponsabilidade e configurar um novo modo de leitura sobre a “questão social” é instaurado o “terceiro setor”. Diante disso, muitos pensam na existência de uma nova “questão social”, porém, esta não passa de uma forma para reafirmar a proposta neoliberal de enfretamento. Conforme MONTAÑO (2002):

Por um lado, a recorrente afirmação de que existiria hoje uma “nova questão social” tem, no fundo, o claro, porém implícito, objetivo de justificar um novo trato á “questão social”; assim, se há uma nova “questão social” seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervenção nela, supostamente mais adequada às questões atuais. Na verdade, a “questão social” - que expressa a contradição capital- trabalho, as lutas de classes, a desigual participação na distribuição de riqueza social- continua inalterada; o que se verifica é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, das refrações e expressões daquela. O que há são novas manifestações da velha “questão social” (MONTAÑO, 2002, p. 187).

Portanto, é perceptível que os ideias neoliberais carregam a destituição de direitos e garantias sociais para prevalecer a reestruturação do capitalismo, e afetar diretamente os indivíduos que dependem do Estado para suprir suas necessidades.

Com a desresponsabilização do Estado, o “terceiro setor” torna-se responsável para dar repostas a essas necessidades, e, intensifica a focalização e precarização dos atendimentos às demandas sociais. Esse momento histórico no mundo com uma crise que implementa o neoliberalismo e a reforma o Estado para favorecer o capital, é destacado muito bem por Montañó (2002):

[...] um fenômeno que promovido por setores ligados ao capital e/ou á esquerda resignada e possibilista, se encaixa perfeitamente no projeto de desmonte da atividade social estatal, de formulação das responsabilidades sociais no trato da “questão social” (típica do Welfare State, no interior do chamado “pacto Keynesiano”, ou conceituadas

na Constituição brasileira de 1988). Assim ,tem-se como ponto de partida a reestruturação capitalista, de enfrentamento da crise explicitada no início dos anos 70, de ampliação da acumulação e de reversão dos direitos conquistados pelos trabalhadores no contexto imediatamente anterior, e chega-se ao chamado “terceiro setor” como um debate ideológico, ora produzido no interior dos interesse do grande capital (seguindo os postulados neoliberais), ora surgindo numa fração de esquerda resignada mas de (eventual) “ intenção progressista”, porém inteiramente funcional ao projeto neoliberal (MONTAÑO, 2002, p.17).

É possível concluir que a crise de 1970 afeta por completo a vida em todo mundo, porem como sempre os mais afetados são aqueles que presenciam a miséria constantemente e são colocadas forma de enfrentamento sobre as situações vivenciadas que legitima a miséria humana e sempre com intuito de buscar e favorecer os interesses o capital.

3 O TERCEIRO SETOR: NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL”

A crise do capitalismo que afetou o mundo em meados dos anos de 1970 trouxe consigo novas formas de enfrentamento à “questão social”. A crise fiscal e econômica aliada a justificativa de escassez de recurso por parte do Estado, traz à tona a hegemonia neoliberal com a defesa que seria necessária uma profunda reforma nos sistemas de gestão alicerçada nos princípios do *Welfare State*, vigentes até então. Essas reformas serão sentidas na proposta de inserção de um novo responsável para dar respostas as expressões da “questão social”, centrando-se na execução de políticas sociais e no mundo do trabalho, onde poderá perceber um recuo de direitos conquistados durante anos, que teve como base as lutas sociais.

Esse novo responsável traz consigo a execução da tentativa e efetivação da desresponsabilização do Estado sobre as situações que afligem a sociedade a partir dessa reforma instaurada pelos ideais neoliberais. Conhecido como “terceiro setor”, destaca-se como subterfúgio para a reestruturação do capital (Montaño 2002).

Para Montaño (*idem*), a concepção de “terceiro setor” vem para superar a dualidade entre público/privado e público/estatal sendo um meio de articulação destes organismos diante da proclamada crise do Estado e do Capital. Destaca-se ainda, como uma característica intensa desse período, a busca extensiva pelo lucro, onde o “desenvolvimento de um “novo” setor, viria dar respostas ao que supostamente o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar” (MONTAÑO, 2002, p. 55). Com isso, esse setor seria o ponto de partida para dar respostas às necessidades sociais da sociedade. Ou seja, aquelas que são reflexo da exploração exercida diante a sociedade como a fome, desemprego, problema de saúde, retirada de direitos entre outras, mas que de alguma forma existe o envolvimento deles que infelizmente é descarregado de responsabilidade.

Consoante o autor, ocorre uma expansão das organizações do “terceiro setor”, para suprir o que o Estado e Capital se ausentaram em responder, porém ela não efetiva na plenitude as políticas e serviços sociais que deveriam ser prestados pelo Estado, uma vez que essas organizações são designadas como apoiadoras na prestação e execução desse serviços, conforme é possível identificar nas palavras de Menegasso:

O expansionismo de muitas organizações do terceiro setor deve ser creditado à necessidade absoluta de se preencher o vazio deixado pelos setores público e privado na execução de políticas sociais e de produção do bem público. É importante ressaltar que as ações desenvolvidas por estas organizações não substituem a ação estatal, mas

podem ser articuladas na perspectiva de redes na coprodução dos serviços sociais e na execução de políticas sociais (MENEGASSO, 2002, p. 121).

Dentro do exposto, identificamos que é necessário entender que essas organizações consideradas como “terceiro setor” são formadas pela sociedade civil, onde o primeiro setor é o Estado e o segundo setor o Mercado (Capital), mas essa designação traz consigo controversas como é exposto pelo autor.

Porém, ao identificar Estado, mercado e sociedade civil, respectivamente como primeiro, segundo, terceiro setores, alguns autores (cf. RIFKIN, in IOSCHPE, 1997, p. 21) observam que o “terceiro setor” na realidade “é o primeiro setor”. Claro, se este é identificado com a sociedade civil e se, historicamente, é a sociedade que produz suas instituições, o Estado, o mercado etc., há clara primazia histórica da sociedade civil sobre a demais esfera; o terceiro setor seria na verdade o “primeiro” (MONTAÑO, 2002, p.54).

Sendo assim, a partir das contribuições de Montañó (2002), é possível compreender que esse “terceiro setor” tem o objetivo de responder às demandas que os outros setores se desresponsabilizaram, mas ele traz consigo uma outra forma de resposta, devido ao fato de ser formada pela sociedade civil, com isso pelo a “falta” de recursos” ,as formas de enfiamentos são baseadas na solidariedade, onde as respostas são dadas a partir da ajuda entre os indivíduos diante das necessidades encontradas. Como evidenciado por Montañó:

A nação de “solidariedade” aparece, sim como um argumento centra na defesa do “terceiro setor”, Ele seria o grande responsável pelo respeito às diferenças (locais e individuais) as necessidades/ demandas populares(contra a dita “homogeneização” da resposta estatal); seria a impulsora de uma nova cultura carregada de valores altruísta, colaboracionistas, onde o empresários, trabalhadores e cidadãos em geral estariam percebendo a necessidade de ajuda ao próximo; estimularia a participação cidadã(contra a “quietismo” e o 4“conformismo” derivado da “ paternalista” intervenção estatal), cada qual se sentindo responsável pela solução das próprias necessidade como dos carecimentos do seu vizinho e da sua comunidade (...) (MONTAÑO, 2002, p. 165).

Esse estigma de solidariedade se evidenciará como forma de execução do “terceiro setor”, e trará relevantes transformações nas relações da sociedade que agora está pautada na ajuda, onde não se pode esperar nada mais de um setor que “ foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com interesses de classes, nas transformações necessárias da alta burguesia” (MONTAÑO, 2002, p. 53).

Para dar continuidade à reflexão proposta, é necessário entender como esse conceito de “terceiro setor” é empregado pelo mundo e como ele se propaga com o objetivo de se colocar como apoiador do Estado, diante da sua não funcionalidade. Montañó, destaca que esse conceito

vem para superar dualidade¹⁰ descrito inicialmente, mas se instaura na década de 1980 a 1990. A sua difusão é de diferentes contextos, mas carregada de interesse de classe. Conforme podemos ressaltar:

No entanto, não tem apenas nacionalidade, mas também, e fundamentalmente, procedência (e funcionalidade com os interesses) de classe. Surge como conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por Jonh D. Rockefeller III. Ao Brasil chega por intermédio de funcionário da Fundação Roberto Marinho (cf. IOSCHPE,1997). Isso mesmo! Seria, portanto, um exercício de ingenuidade pensar que a origem norte-americana do termo e sua relação com instituições ligada diretamente ao grande capital sejam apenas dados de curiosidade (MONTAÑO, 2002, p. 53).

Sendo assim, identificando que o “terceiro setor” se estabelece para responder aos interesses do capital e isentar o Estado, é preciso entender o que seria esse setor em sua materialização, pois se compreendeu até então parte de suas funções, mas é necessário assinalar o que seria esse setor em formas física que são designadas como organizações. “Em 1998, na Argentina, foi realizada o IV Encontro Ibero-Americano. Ali definiram-se como organizações do “terceiro setor, aquelas que são: privadas, não governamentais, sem fins lucrativo, autogovernadas, de associação voluntária¹¹” (cf, ACOTTO; MANZUR, 2000, p. 4; MONTAÑO, 2002, p. 55). Sendo a “categorias que integrariam o “terceiro setor”: as organizações não governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OSFL), as organizações da sociedade civil (OSC), as instituições filantrópicas, associações de moradores ou comunitárias(..) (MONTAÑO, 2002, p. 56).¹²

Nesse período da década de 1990 como a concepção de “terceiro setor” alguns autores, trouxeram várias teorias que designaram esse período de inserção das organizações sociais como prestadores de serviços sociais e executoras de políticas sociais que ficaram conhecidas com várias designações, como é o exemplo de Figueiró (2002) designa como “novo associativismo civil” e o Montaña (2002) que apresenta diversos temas como, “novo

¹⁰ Essa dualidade é referente entre público/ privado.

¹¹ Outros encontros antecederam esse como, o III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, organizado no Rio de Janeiro, em 1996, pelo Gife, e que introduziu no Brasil o conceito de “terceiro setor”, é continuidade do primeiro e segundo Encontro Ibero-Americanos de Filantropia, organizado na Espanha e México, respectivamente (MONTAÑO, 2002, p. 55).

¹² Para as características que essas instituições possuem foram se perdendo durante as parcerias formadas com o Estado, como é o exemplo da ONG que é intitulada por não possuir um caráter não governamental, sendo designado com algo que não pertence ao governo. Pelo fato de “hoje passarem a ser financiada por entidade, muitas destas de caráter governamental, por meio das parcerias, ou quando são contratadas pelo Estado (federal, estadual ou municipal), para desempenhar , de forma terceirizada, as funções a ele atribuídos, não parecem tão fies a seu dito caráter “não-governamental” e sua condição de “autogovernada” (MONTAÑO, 2002, p. 57). Uma outra colocação do autor é em relação as organizações intituladas não lucrativas que são formadas por empresas, que não podem esconder seu claro interesse econômico por meio de isenção de impostos, ou melhoras do seu produto (...). Têm, portanto, claro fim lucrativo, ainda que indireto (MONTAÑO, 2002, p. 58).

associativismo”; a “nova questão social”, a “nova sociedade sem emprego” ou do “tempo livre”; as “novas contradições supraclassistas”; a “nova solidariedade”, a “nova consciência social do empresariado”. Através disso o autor explica essas designações:

A discussão sobre o associativismo já está expressa, entre tantos outros nos textos clássicos do Tocqueville; a “novidade” sobre atual “questão social” não recai na suposta inexistência da contradição capital/trabalho, mas em novas manifestações dessa velha contradição; a sociedade “sem emprego” não é outra coisa senão a expressão, mais acirrada, da substituição de forças de trabalho por tecnologia, e o “tempo livre” é a visão fetichizada da redução do tempo necessário para a produção: não há, tampouco, novidade na existência de contradições supraclassistas: de gênero, raça, idade, credo, a xenofobia etc., apenas novas manifestações, e sempre perpassada, na nossa sociedade capitalistas pelas contradições capital/trabalho (mesmo que não esgotadas por estas); a nova “solidariedade” tem, por um lado, um longo legado histórico em diversas formas de solidariedade e de ajuda ao próximo; por outro lado, encontra fontes de pensadores clássicos com Durkheim e, finalmente, tem como contraponto a solidariedade sistemática do desenvolvimento no *Welfare State*; a novidade da responsabilidade social do empresariado”, não pode ser compreendida sem fazer referência a sempre presente necessidade de aumentar sua produtividade e, com ela, o movimento de “relações humanas” e diversas formas de tornar o trabalho mais ameno para conquistar o trabalhador, bem como a necessidade de conquistar o consumidor (MONTAÑO, 2002, p. 60).

Com isso, torna-se necessário compreender que essas organizações que supostamente assumirá as responsabilidades sobre as questões que aflige a sociedade, não são fundadas na década de 1990, de acordo com Menegasso (2002) nos anos de 1960 a uma expansão da organização composta pela sociedade civil que tinha como objetivo impedir a degradação do meio ambiente e defender direitos sociais e civis. Mas com a chegada de 1990 elas integraram ainda mais, devido às necessidades da sociedade e às modificações de responsabilidade, fazendo assumir um papel diferente, como o objetivo de atender às demandas impostas pelo Capital e o Estado como é identificado pela Figueiró:

No contexto do cenário organizativo que se formou na década de 90, Maria da Glória Gohn (2000) verifica que as ONGs destacaram-se como uma das principais expressões do novo associativismo civil, pois ganharam autonomia e hoje possuem um universo próprio com inúmeras formas de expressão e espectros ideológico-políticos. Entretanto, observa que as ONGs que ganharam espaço nos anos 90 não são as mesmas que se destacaram nas décadas de 70/80. As ONGs nos anos 90 “não têm perfil ideológico definido, falam em nome de um pluralismo, defendem as políticas de parcerias entre o setor público com as entidades privadas sem fins lucrativos e o alargamento do espaço público não estatal” (GOHN, 2000, p.64; FIGUERÓ, 2001, p. 77).

Contudo, não serão todas as organizações que possuem essa categoria que serão incluídas nas ideias neoliberais, pois conforme Montaña (2002) o intuito de transferência de

responsabilidade, tem o caráter de amenizar as lutas sociais e as reivindicações por direito, onde:

[...] no lugar de centrais lutas de classe, temos as atividades de ONGs e fundações: no lugar da contradição capital/ trabalho, temos a parceria entre classe por suposto interesse comum; no lugar da superação da ordem como horizonte, temos a confirmação e “humanização” desta (MONTANÕ, 2002, p.18).

Nesse sentido, as organizações que são fundadas diante a necessidade de lutas sociais que pressionam o Estado e Capital para reivindicações, e que poderiam de alguma forma ir contra o instituído, contribuindo com a construção de estratégias de enfrentamento às desigualdades, e estimulando os indivíduos a procurem seus direitos via democracia, não são legitimadas ou respaldadas pelo Estado, ao passo que as que possuem um claro interesse de classe e afirmam a legitimação do instituído são colocadas à disposição da sociedade, como é caso da Fundação Bradesco, Fundação Roberto Marinho entre outras. Montañó (2002), referenciado em Fernandes (1994), destaca “que o chamado “terceiro setor” se comporia , apenas de manifestações pacíficas, e não de organizações de lutas e de maior impacto no enfrentamento” (MONTANÕ, 2002, p. 56) .O autor cita como um exemplo emblemático, o Movimento dos Sem- Terra ou Green Peace que diante da categoria do que seria o “terceiro setor” se encaixam perfeitamente no aparato legal institucional, contudo, não são selecionada como parceiras do Estado o do Capital para intervir junto com a sociedade¹³.

Diante dessa seletividade de organizações, faz com que elas se modifiquem para serem consideradas parceiras do Estado, fazendo com que possa satisfazer o interesse para integrarem na concepção do “terceiro setor”, se modificando ao longo dos anos é observado pela autora:

A entrada dos anos 90 marca, portanto, o momento de importante transição das ONGs no Brasil. Por um lado, observa-se a passagem das ONGs-militantes, enraizadas nas bases da sociedade civil, prestando assessoria ou serviço aos movimentos populares, para ONGs-profissionais, que passam a se organizar em torno de causas referentes aos direitos mais amplos de construção da cidadania, incorporando a temática dos valores culturais (DOIMO, 1995, p. 209). Por outro lado, tem-se o surgimento das ONGs propositivas, as ONGs do terceiro setor, “que atuam segundo ações estratégicas, utilizando-se de lógicas instrumentais, racionais e mercadológicas” (GOHN, 2000, p. 62). Estas marcam, em definitivo, a complexidade de se manter a ênfase no “popular” das ONGs de “primeira geração”. Desse modo, mais do que a oposição radical entre ONGs-militantes e Estado autoritário característica da década de 80, os anos 90

¹³ Montañó ressalta que esse não participação desses setores que são designados movimentos sociais tem um contexto envolvido como é exposto. “Neste caso, dá-se mais um passo no histórico processo ideológico de despolitização das organizações e atividade populares. Desta forma, primeiro passo foi a passagem tentativa de substituição do “velho sindicato classista” pelos “novos movimentos sociais”, particulares , segmentos, por fora do aparelho do Estado, das contradições de classe, sem articulação como os partidos políticos, como os sindicatos , sem questionar a produção e a distribuição, mas visando ao consumo e a redistribuição – no entanto com demandas surgidas das próprias necessidade da população. O segundo passo é (está sendo) atual substituição destes movimentos pelas ONGs [...] (MONTAÑO, 2002, p. 149).

marcam a reestruturação das bases políticas que orientaram as ações das ONGs do passado, indicando um novo marco de coordenação das ações coletivas contemporâneas (FIGUEIRÓ, 2002, p. 77).

Sendo assim, é preciso compreender como essas organizações que são selecionada a dar respostas não possuem capital suficiente para tal proposta ,torna-se relevante entender que são organizações que de alguma forma não possuem o caráter de “lucratividade” que levaria a não capacidade de executar repostas as necessidade que antes eram respondidas pelo Estado e que seu sistema de sustentação é efetivada pela ajuda e solidariedade do próximo, ou seja, de “terceiros”. Para ter a capacidade de gerir sua nova função o Estado ingressa como parceiro, conforme é apresentado por Montañó (2002):

[...] a chamada “parceria” não é outra coisa senão o repasse de verbas e fundo público no âmbito do Estado para instância privada, substituindo movimento social pela ONG.E essa verdadeira transferência de recurso público para setores privado não ocorre sem uma clara utilidade política governamental. O Estado é, portanto, mediante a legislações (leis como “voluntariado, do “terceiro setor”, das “Oscip”, das parcerias”) e repasse de verbas, um verdadeiro subsidiador e promotor destas organizações e ações do chamado “terceiro setor” e da ilusão do seu serviço. (MONTAÑO, 2002, p. 146).

Percebe-se que mesmo diante de um pressuposto de crise fiscal e escassez de recursos o Estado ainda tem a capacidade de reverter recursos para essas organizações, porém “a crise e a suposta escassez de recursos servem de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a expansão dos serviços comerciais ou desenvolvidos num suposto “terceiro setor” (MONTAÑO, 2019, p. 2)¹⁴.

Esse afastamento do Estado é efetivado por legislações que reafirmam a prática do voluntarismo sendo a Lei nº 9.608 de fevereiro de 1998 que vigora a sobre o serviço voluntario, sobre a concretude do “ terceiro setor”, e importante destaca a Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999 que “dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências” (BRASIL, 1999). Essa Lei firma um termo de parceria entre o poder público e pessoal jurídicas que instituíram organizações sociais, que não possuem fins lucrativo, sendo que seus recursos são somente destinados a atender os interesses da sociedade civil, onde os recursos não sejam para favorecer ou dividir riqueza entre as pessoas. Onde o termo de parceria é sistematizada no desenvolvimento de ações que englobam objetivos sociais. Sendo assim, destaca na Lei em seu Art. 3º esse objetivo:

¹⁴ Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf . Acesso em: 15 de set. de 2019.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferido às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - Promoção da assistência social;

II - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - Promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - Promoção do voluntariado;

VIII - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo (BRASIL, 1999).

XIII - Estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte (BRASIL, 2014).

E evidente nessa Lei uma transferência de responsabilidade para o “terceiro setor”, pois percebe-se que os objetivos a serem desenvolvidos por essas instituições são direitos que foram conquistados e estão sendo transferidos através de parcerias como é colocado por Montaña.

Reconhece a incapacidade atual do Estado em enfrentar sozinho os problemas sociais, mas entende que responsabilidade pela Gestão de Políticas e Programas de erradicação da pobreza é, sem dúvida, sua competência (do Estado) (Rico, 1998:28). Este dilema é resolvido do por Rico da seguinte forma: “essa ‘dificuldade’ de investimento em programas sociais que efetivamente enfrentem a miséria e a exclusão social, ‘obriga’ o Estado estabelecer parcerias com a sociedade civil. A escassez de recursos faz parte de um cenário que praticamente coloca a responsabilidade civil do cidadão e do empresário como indispensáveis ao enfrentamento da questão social” (MONTAÑO, 2002, p. 152).

Essas parcerias acontecem no âmbito do Estado com o “terceiro setor”, diante de projetos que são propostos, mas muitas vezes esses projetos já possuem as organizações que serão beneficiadas pelos projetos, infelizmente algumas das vezes estes recursos não são investidos para responder as necessidades da sociedade que as ONGs se propôs a prestar serviços através desses projetos e muito menos conseguem dar resposta à para a população atendida que supostamente deveria ser contemplada pela parceria. O autor (idem), designa

isso como “pilarantropia”, onde destaca-se o objetivo de enriquecer as pessoas a frente desses projetos.

Essas instituições conforme o autor, obtém outras formas de recursos para manter o funcionamento e execução de ações que é através dos serviços prestados e da captação de recursos que “pode levar a uma perda de identidade, perda de rumo, descaracterização da “missão” da organização (MONTAÑO, 2002, p. 2008). Acredita-se que que com o interesse de obter mais recurso essas instituições são capazes de mudar alguns dos seus propósitos para alcançar esse recurso que podem ajudar de alguma no desenvolvimento de suas ações, onde tem como objetivo deixar a organização de acordo com interesse do empresariado ou instituições financeiras que buscam essa organizações ou até mesmo criam fundações para instaurar a “responsabilidade social” ou a “filantropia empresarial” de suas empresas.

É importante ressaltar que essas captações de recursos de alguma forma criam uma pareceria com o Capital, traz alguns benefícios para ele que é de “limpando a imagem da empresa, melhorando o marketing comercial, isentando o capital de impostas estatais, conseguindo subsídios, entre outros benefícios (MONTAÑO, 2002, p. 213). Como é notável essas organizações prestam um grande favor ao Capital em todos as esferas, sendo o afastamento do Estado de responder as demandas da sociedade, a transferência de serviços sociais de extrema importância para quem precisa e ao favorecimento do Capital diante da possibilidade do Estado poder investir nas recuperações da taxa de lucro. Através disso, Montañó apud Petra alerta:

A ideologia e práticas da ONG, segundo Petras, “desvia a atenção das causas da pobreza e das soluções (olhando para baixo e para dentro, em vez de olhar para cima e para fora)”, sem conseguir ir além do sintomas superficial; assim, continua, “ a estrutura e natureza das ONGs, com sua postura ‘apolítica’ e o seu enfoque na auto-ajuda , despolitiza e desmobiliza os pobres” (PETRA, 1999, p. 48-9; MONTAÑO, 2002, p. 150).

Com a passagem dos serviços sociais para organizações é o afastamento do Estado diante as demandas das sociedade e como é ressaltado pelo o autor, ele não pode ser retirar por completo das demandas que aflige a sociedade, com isso cria-se a ideia de que o “terceiro setor” seria funcional pra responder essa demandas, porém não se tem somente a respostas da demais, tem-se uma configuração para tornar a sociedade mais propicia a aceitar o que lhe for imposta, pois as ONG tem uma caráter de não envolvimento político sendo apática a isso, o que para o Capital e o Estado de extrema importância já que cada vez mais se vê a retira de direitos sociais retirara dos e não organização da classe pra reaver esses direitos.

No lugar de desenvolvimento da democracia, o que este projeto realiza é o verdadeiro esvaziamento do poder democrático historicamente construído por árduas lutas de classe. A população, o trabalhador em sentido amplo, não apenas não tem poder acrescido, mas, contrariamente, vê reduzida sua capacidade real de decisão sobre as que, direta ou indiretamente, o afetam e competem a ele. A desculpa é que estamos num mundo globalizado e, nestas condições (irreversíveis), não são possíveis decisões macroeconômicas nem descentralizada e nem âmbito nacional. Portanto, enquanto a democracia se expande por quase todo o planeta, paradoxalmente ele vai esvaziando, perdendo densidade. É, portanto, um projeto que visa a estender (generalizar) não intensificar (aprofundar) a democracia. Estende, mas esvazia a democracia. Amplia sua abrangência, mas paradoxalmente, a torna mais fraca, mais superficial (MONTAÑO, 2002, p. 162-163).

Por tanto, podemos perceber que o “terceiro setor” possui uma finalidade para o projeto neoliberal que tenta alcançar seu proposito central que é a acumulação de capital. Conforme Montañó o neoliberalismo enxerga nesse setor a seguinte estratégia.

A estratégia neoliberal tende, sobretudo, a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado “terceiro setor”, os valores altruístas de “solidariedade individual” e do “voluntarismo” e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam. O capital luta por instrumentalizar a sociedade civil – torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável. O debate sobre o “terceiro setor”, como ideologia, transforma a sociedade civil em meio para o projeto neoliberal desenvolver sua estratégia de reestruturação do capital, particularmente no que refere à reforma da Seguridade Social (MONTAÑO, 2019, p. 6).

Em conformidade com o autor, o capital faz com que o “terceiro setor” tenha uma funcionalidade que possa lhe proporcionar meios de afirmar o afastamento do Estado. A primeira forma destacada pelo autor é a justificação e legitimação do processo de desestruturação do Estado na intervenção social, isso quer disse que ocorre os desmontes das políticas que envolve a seguridade social que é a saúde, previdência e assistência, assim o “terceiro setor” tem a finalidade de supri essa demanda diante de:

Com o “terceiro setor” operando ideologicamente na “necessidade” de “compensar”, “substituir” ou “remediar” as atividades sociais precarizadas ou eliminadas das responsabilidades do Estado, a população tende a melhor aceitar a sua desresponsabilização nas respostas às sequelas da “questão social”. As perdas de direitos universais por serviços públicos de qualidade tendem a ser vistas como ganhos nas atividades desenvolvidas pelo conjunto das forças voluntárias, não governamentais, filantrópicas. Verdadeiras perdas de conquistas históricas são convertidas, pela ação ideológica do “terceiro setor”, em “nova conquista “de um tipo de atividade – supostamente – solidária (MONTAÑO, 2019, p. 6).

Assim percebe-se as transferências de respostas concretas baseada em direitos conquistado para uma resposta no âmbito da solidariedade, fazendo com que ocorra a aceitação

desses indivíduos diante do que lhe é imposto, resultando conforme o autor uma auto-responsabilização.

Uma segundo ponto abordado pelo autor é a desoneração do Capital da responsabilidade de Co-financiar as resposta às refrações da “questão social”, mediante políticas estatais, de acordo com o autor o financiamento é através de “contribuição compulsória da sociedade incluindo o capital”, sendo a realização dessa intervenção responsabilidade do Estado, mas com transferência para o “terceiro setor”, o Capital não tem mais a obrigação de contribuir para financiamento dessas políticas já que saiu do âmbito estatal.

Observa-se outra funcionalidade do “terceiro setor” que é despolitização dos conflitos sociais dissipando-o e pulverizando-os, e transformando as lutas contra a reforma do Estado em parcerias com o Estado. Isso é destacado por Montañó como sendo:

Ora, toda demanda social, atendida por essas “entidades” independentes, filantrópicas e voluntaristas, tende a ser, via de regra, transformada em demanda emergencial – isto é, retirada dos seus fundamentos sistêmicos e, eliminado as mediações, transformada em demanda imediata, apenas tratando a forma manifesta da questão de fundo –, portanto, tratada assistematicamente e de forma assistencialista – sem constituir direito, sem garantia de permanência e como atividade curativa. Por um lado, cria-se uma dependência crônica do “necessitado” com esse serviço emergencial que, no entanto, não garante permanência na prestação. Por sua vez, tende a responder à demanda de forma precária, insuficiente para minimamente atender às necessidades do “demandante”. Finalmente, a atenção, por parte destas “entidades”, da demanda social, termina por calar as vozes desconformes com as condições de vida dessa ordem social. É, portanto, uma atividade ainda mais desarticuladora e inibidora do descontentamento e da tendência à rebeldia. Os conflitos de classes, as tendências subversivas e transgressoras da ordem, seriam canalizadas por mecanismos institucionais e convertidas em confrontos “dentro” do sistema, e não mais “contra” o sistema. De lutas de classes, desenvolvidas na sociedade civil, passa-se a atividades de ajuda-mútua em parceria com o Estado e o empresariado. E, com isso, enquanto a população se debruça exclusivamente no âmbito da sociedade civil, a direção central do governo fica nas mãos dos neoliberais (MONTAÑO, 2019, p. 9)

Os ideais neoliberais obtém como funcionalidade do “terceiro setor” a criação de uma cultura/ideologia do possibilíssimo, que basicamente se resume em não mais questionar a necessidade nas intervenções Estatal e muito menos em combater o neoliberalismo, pois é uma “rebeldia sem causa”, assim para conseguir superação da sua necessidade se pensa na “ajuda divina” na “auto-ajuda”, como é dito por Montañó (2002) se torna independente do Estado.

O autor expõe também a redução dos impactos (negativos do sistema) do aumento de desemprego, sendo abordado diante dessa afirmação:

Afirma-se que o “terceiro setor” emprega grande volume de trabalhadores. Com isto, as ONGs, as OSCIPs, mais do que organizações de ajuda à comunidade, têm-se transformado em organizações de “auto-ajuda”, porquanto têm uma utilidade

fundamental voltada para seus membros: são fonte de emprego (MONTAÑO, 2019, p. 10).

Este assunto será tema de abordado no próximo item, com isso não será realizada um maior aprofundamento. E por último o “terceiro setor” é um instrumento para a localização e trivialização da “questão social” e auto- responsabilização pelas repostas as suas sequelas. Como é destacado pelo autor:

Com o “terceiro setor” tornado instrumento da estratégia neoliberal, este assume a função de transformar o padrão de respostas às sequelas da “questão social”, constitutivo de direito universal, sob responsabilidade prioritária do Estado, em atividades localizadas e de auto-responsabilidade dos sujeitos portadores das carências; atividades desenvolvidas por voluntários ou implementadas em organizações sem garantia de permanência, sem direito. Transfere-se, como vimos, o sistema de solidariedade universal em solidariedade individual (MONTAÑO, 2019, p. 11).

Assim, percebe-se que além do “terceiro setor” se responsabilizar pelas repostas da “questão social”, os indivíduos têm um grande papel em torna as expressões da “questão social” um problema individual, e assim camuflando a contradição capital/trabalho.

Através disso, o “terceiro setor” legitima a restauração da acumulação para o Capital, fazendo com que todas aquelas conquistas no Estado de bem-estar sejam de alguma forma esquecidas, que as lutas de classe sejam silenciadas que o Estado possa gastar menos com necessidades sociais. Sendo ele “funcional à nova estratégia hegemônica do capital e, portanto, não é alternativo, e sim integrado ao sistema (MONTAÑO, 2002, p. 157). Essa integração ocasionará relativas mudanças no enfretamento das expressões da “questão social” que se agravaram com as ideias neoliberais que será discutido posteriormente.

3.1 POLÍTICA SOCIAL, “QUESTÃO SOCIAL” NO ÂMBITO DO “TERCEIRO SETOR”

Perante a desresponsabilização do Estado frente às respostas às necessidades que cercam a sociedade no contexto atual e a sua transferência para as organizações sociais, se percebe uma transformação nos enfrentamentos sobre as expressões da “questão social”, que “emolduram um processo central: a configuração de uma nova modalidade de trato à “questão social”. Este é o verdadeiro fenômeno escondido por trás do que é chamado “terceiro setor” (MONTAÑO, 2019, p. 1).

Esse novo trato da “questão social” conforme o autor, se baseia em repostas com estigma de solidariedade, de ajuda e voluntarismo, mas para chegar a esse processo é fundamental entender o que aconteceu com políticas sociais após a hegemonia neoliberal, sendo elas a materialização das lutas de classe que se instauram com o direitos de todos, que em tempos de *Welfare State* foi efetivada diante o pacto fordista/ keynesianismo e no Brasil através da Constituição de 1988.

As políticas sociais em tempos de corte de gasto tendem a ser cada vez mais questionadas pelos ideias neoliberais, pois na percepção deles, a forma como elas são executados e repassada a sociedade traz muitos gastos, com isso em período que o Capital visa a sua reestruturação ocorre a “(...) eliminação de leis que visam garantir direitos conquistados dos trabalhadores, na base democrática, cada vez menos participação da sociedade no processo decisório nacional; constituição de um “novo pacto social”, que substituirá o período fordista/keynesiano” (MONTAÑO, 2019, p. 1).

Esse “novo contrato social”, diferente do fundado com o “pacto social”¹⁵, traz para sociedade impactos que levam a afirmação da miséria humanas, sendo contrário as conquistas que antecederam o ano de 1970. Ele tem sua base de formulação os seguintes requisitos:

[...] Neste quadro de clara fragilidade e instabilidade das classes trabalhadoras, o resultado de um “novo contrato social”, acompanhando as perdas conquistadas no contexto keynesiano, será de: a) exclusão dos desempregados, subempregados, empregado em condições de precariedade dos “benefícios” de “novo contrato”; b) perda geral de direitos e conquista históricas dos trabalhadores estáveis e altamente qualificado (...); c) retirada do Estado como mecanismo de controle e regulação social, livrando tudo ao mercado e à relação direta e individualizado entre patrão e empregado. Assim, o dito “novo contrato social” só pode ser um bom negócio para o capital, péssimo para o trabalhador (MONTAÑO, 2002, p. 144).

Esse “novo contrato social” se percebe a perdas de direito conquistadas através de lutas sociais e o afastamento do Estado das responsabilidades com sociedade que foi lhe impostas através de legislações, e assim provocando uma alienação, que faz acreditar na existência de um novo recomeço que simplesmente não demonstra as contradições existente, resultando na mistificação das verdades sobre a proposta do “terceiro setor”, como pode-se observar diante do que é exposto:

“(...) Ao esquecer as conquistas sociais garantidas pela intervenção e no âmbito do Estado, e ao apostar apenas/prioritariamente nas ações dessas organizações da sociedade civil, zera-se o processo democratizador, vota-se à estaca zero, e começa-se tudo de novo, só que numa dimensão diferente: no lugar de centrais lutas de classes,

¹⁵ Esse “pacto social” é referente ao período do Estado de bem-estar social.

temos atividade de ONGs e fundações; no lugar da contradição capital/trabalho, temos a parceria entre classe por supostos “interesse comuns”; no lugar da superação da ordem como horizonte, temos a confirmação e “humanização” desta (MONTAÑO, 2002, p. 18).

Para além dessa perda de direitos no âmbito, e o desentendimento sobre as contradições existente entre capital/trabalho, tem-se com essa hegemonia do neoliberal e do “terceiro setor”, que segundo autor a auto-responsabilização dos indivíduos que precisa da ação estatal e a desresponsabilização do Estado e do Capital sobre as expressões da “questão social”. Para além disso, o autor demonstra que:

(...) a passagem das políticas estatais (espaço democráticos e de lutas de classes) para o “terceiro setor” (supostamente supraclassista), desenvolve-se um verdadeiro processo de esvaziamento da dimensão de “conquistas” e de “direito”, encobrindo estas com o “manto sagrado” da concessão. Processa-se também na anulação das identidades de classe subsumidas a identidade particulares ou supraclassistas. E aqui, como aponta Netto, o “apelo às iniciativas da sociedade civil”- tomada de forma abstrata supraclassista -, recobrindo a recobrindo a desresponsabilização do Estado em face de sequelas da questão social mediante a convocação de “parcerias” é perfeitamente compatível com esvaziamento da efetividade da cidadania (MONTAÑO, 2002, p. 168).

Com isso, percebe-se que relações para o trabalhador e para toda a sociedade é ainda mais agravada, diante o esvaziamento dessas políticas, que são parcialmente retiradas do âmbito do Estado, mas sendo transferida para outros setores como o Mercado é o “terceiro setor”, e as que ainda precisam ser respondida pelo Estado que é considerado o executor legítimo de ações sociais que promovam o bem-estar a sociedade, mas começam ter o caráter de mais precarizadas.

O contexto de precarização é entendido como aquela falácia de corte de gasto, que o ideias neoliberais “aconselham o Estado a ser mínimo para o povo”, onde não se retira de imediato o Estado como remediador das questões que afligem a sociedade, que conforme Montañó (2002) “ são dirigidos à população carente , o cidadão- usuário”. Quando se falam desses cidadãos muitos autores como Montañó (2002) se referem àqueles cidadãos que diante suas dificuldades não podem adquirir determinados serviços sociais via mercado, pois os cidadãos que conseguem esses serviços, e por essa forma, são considerados consumidores, pois a todo momento de desmonte dos direitos conquistados o neoliberalismo empregou a ideia que torna todos cidadãos consumidores para que resulte um Estado minimizado.

Sendo assim, observa-se a implementação de um cenário ideal para entrada do “terceiro setor”, pois o Estado está minimizado e tem que evitar gastos. A partir disso, as políticas que não podem ser retiradas do Estado por alguma razão referente a sua obrigação como gestor das

articulações da classes, porém “ parte importante das repostas à “questão social”, são privatizadas e transferidas para o mercado (quando lucrativas) e para a “sociedade civil” ou “terceiro setor” (quando não propiciam lucro), que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais” (MONTAÑO, 2002, p. 196).

A transferência de algumas políticas sociais para o mercado é pautada naquelas políticas que de forma geral traz lucratividade para ele, como por exemplo a previdência social, educação e saúde que pode ser adquirido por aqueles que buscam qualidade. Através das palavras de Montañó (2002) é uma modalidade de serviços que estaria classificado como de boa qualidade, mas que seria para cidadãos que tem a possibilidade de consumir, pois está integrado no mundo do capitalismo. Assim o autor evidencia que ocorre uma re-mercantilização dos serviços sociais.

Estes, enquanto lucrativos são re-mercantilizados, transformando em “serviços mercantis”, em mercadorias, sendo transpassados para mercado e vendidos ao consumidor como uma nova forma de apropriação da mais-valia do trabalhador. Isto conforme o tipo de fornecimento empresarial de serviços sociais, dirigidos aos cidadãos plenamente “integrados”, o “cidadão-cliente” (MONTAÑO, 2002, p. 197).

Dentro do exposto, observa-se que as políticas sociais são capturadas pelo mercado tirando o caráter universal e direito de todos, não podendo ser adquirido por aqueles que não tem capacidade financeira e fazendo com que dependa do Estado, encontrando uma política social focalizada e descentralizada que tem como objetivo dar respostas imediatas e destinadas para as camadas mais “pobres”.

Conforme afirma Montañó (2002), as descentralizações dessas políticas se referem a transferência das ações para os municípios e para o “terceiro setor”, onde algumas ações são retiradas do órgão federativos, conforme o autor:

[...] “descentralização” da atividade social do Estado, fundamentalmente realizada pela “municipalização” e transferência para as organizações locais chamado “terceiro setor”, tem sido realizada apenas no nível de gerenciamento, e não da sua gestão. Assim, enquanto a “gestão” refere-se a processo tanto administrativos como decisórios (políticos) da atividade, a racionalidade neoliberal reduz este conceito ao de “gerências” apenas ligado à administração dos fundos e da execução. Isto é, o que se transfere para a esfera local/ municipal são apenas os processos administrativos, gerenciais, não os políticos e decisórios (MONTAÑO, 2002, p. 192).

Evidenciado pelo autor observa-se que no Brasil ocorre essa descentralização diante das transferências de responsabilidade dos órgãos federais para os municípios e “transferência de responsabilidade e funções para as organizações do chamado “terceiro setor”, isto é uma

verdadeira privatização” (MONTAÑO, 2002, p. 192). E percebido uma desburocratização de processo que deveriam ter uma gestão para avaliar seus avanços, retrocesso e como quais os resultados obtidos, mas o que tem é uma gerência que simplesmente tem o objetivo de fazer com que aconteça.

(...) Ou seja, a dita “descentralização” da atividade social do Estado, fundamentalmente realizada pela “municipalização” e transferência para as organizações locais do chamado “terceiro setor”, tem sido apenas nível gerenciamento, e não da sua gestão. Assim, enquanto a “gestão” refere-se a processo tanto administrativo como decisório (político) da atividade, a racionalidade neoliberal reduz este conceito ao de gerência, apenas ligado à administração dos fundos e da execução. Isto é, o que se transfere para esfera local/municipal são apenas os processos administrativo, gerenciais, nos políticos e decisórios (MONTAÑO, 2002, p.192).

Destaca-se também, que com esta estratégia, os financiamentos que deveriam ser transferidos para a execução de ações sociais não chegam a todos os municípios de forma igualitária, isso faz com que ocorra falta de recursos para uns municípios e outra com grande quantidade de recurso para outros. Como é apresentado pelo autor:

(...) Assim, novamente a dualização de repostas de qualidades diferentes, segundo se trate de municípios “ricos” e “pobre”. Poderíamos afirmar que se trata de uma focalização geográfica invertida: nas regiões mais pobres os serviços e assistências não chegam ou são precárias (MONTAÑO, 2002, p. 193).

Diante desse processo de privatização, focalização, descentralização e esse modo tem-se o “argumento de minimização do Estado, das privatizações, dos incentivos à demissão voluntárias, do esvaziamento de recursos da políticas sociais, enfim, dos apologetas do neoliberalismo”, e até mesmo aponta-se como justificativa uma nova questão social, que exigiria também outras configurações de respostas (MONTAÑO, 2002, p. 155). Para o autor:

Por outro lado, a crise e a suposta escassez de recursos servem de pretexto (...), para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a expansão dos serviços comerciais ou desenvolvidos num suposto “terceiro setor”. Por outro lado, a recorrente afirmação de que existiria hoje uma “nova questão social” tem, no fundo, o claro, porém implícito, objetivo de justificar um novo trato a “questão social”; assim, se há uma nova “ questão social”, seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervenção nela, supostamente mais adequadas às questões atuais. Na verdade, a “questão social” – que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classes, a desigual participação na distribuição de riqueza social – continua inalterada; o que se verifica é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, das refrações e expressões daquela. O que há são novas manifestações da velha “questão social” (MONTAÑO, 2002, p. 187).

O autor interpreta que o conceito de uma “nova questão social” é usado para poder dar sustentação na propagação do “terceiro setor”, na presença da necessidade de mudar as respostas a serem dadas por a “questão social”. Nesse caso a forma que dará esta resposta é diante da motivação da solidariedade, que irá estimular a compressão da sociedade a praticar a ajuda ao próximo devido as questões que lhe afligem. Consoante a Montaña:

A noção de “solidariedade” aparece, assim, como um argumento central na defesa do “terceiro setor”. Ela seria a grande responsável pelo respeito às diferenças (locais e individuais) nas necessidades/demandas populares (contra a dita “homogeneização da resposta estatal); seria a impulsora de uma nova cultura carregada de valores altruísta, colaboracionista, onde empresários, trabalhadores e cidadãos em geral estrariam percebendo a necessidade de ajuda ao próximo; estimularia a participação cidadã(contra o “quietismo” e o “ conformismo” derivado da “paternalista” intervenção estatal) , cada qual é sentindo responsável pela solução das próprias necessidades como dos carecimentos do seu vizinho e da sua comunidade. Para isso, o “tempo livre” permitiria a ação solidaria local e voluntária (MONTAÑO, 2002, p. 165).

Mediante as repostas sobre a “questão social” seja por meio solidariedade que causa o retrocesso dos enftretamento das suas expressões que em concordância com Montaña (2002) a uma re-filantropização das repostas a “questão social”, isso se dá devido as políticas se caracterizarem como já foi dialogado anteriormente, faz com que os sujeitos procurem formas de resposta para além do Estado que possuem o caráter precário e mercado que fornece esses serviços, porém com valores que não pode ser pagos por esses indivíduos. Dessa maneira recorrem a sociedade civil e que legítima a ótica do “terceiro setor” que “transfere-se para órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntarias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou autoajuda (MONTAÑO, 2002, p. 197).

De acordo com Montaña (2002) essa forma de resposta se caracteriza na modalidade de serviço de índole duvidosa e de característica filantrópico/voluntário e destinada ao cidadão excluído que busca através da caridade e filantropia ser assistido.

È imprescindível entender que esse “terceiro setor” ele tem função importante para o capital que cada vez mais tenta retirar direitos e efetivar a miséria humana para reaver sua acumulação. Com isso Montaña (2002) ressalta importância de entender esse fenômeno.

O fenômeno em questão não é portanto, o desenvolvimento de organizações de uma “setor” em detrimento da crise de outro, mas a alteração de uma novo padrão de resposta social à “questão social” (típica do *Welfare State*), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto- desresponsabilização do Estado, a desoneração do apital e a auto- responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função(típica do modelo neoliberal ou funcional a ele) (MONTAÑO, 2002, p. 185).

Com isso o “terceiro setor” assume uma funcionalidade clara, que é atender as demandas do capital para que o Estado se afaste de suas obrigações, fazendo com recaia sobre a sociedade essa responsabilidade. Além de tentar de qualquer forma retirar da “questão social” sua verdadeira contradição capital/trabalho e assim, dando a opção para aqueles que necessitam de repostas a procura pelo “terceiro setor”, onde não há um incentivo a reivindicar o seus direitos e acaba fazendo por entender que as necessidades que lhe consome não passa de uma responsabilidade própria.

3.1.1. Particularidade da política de assistência social e a presença destas organizações de “terceiro setor”

A política de Assistência Social e as outras políticas como a Saúde e Previdência, compõem a Seguridade Social, e destacam-se na década de 1980, no corpo do texto constitucional de 1988, como um conjunto de ações e medidas lançadas pelo Estado como forma de resposta para as reivindicações da sociedade civil. Estas políticas são promulgadas na Constituição de 1988, mas através das influências internacionais, possuem um caráter paliativo e de "combate à pobreza", fazendo com que os serviços e benefícios sejam fornecidos de forma restrita e focalizada, indo contra os princípios de universalização e um direito de todos.

[...] com a Constituição de 1988 a sociedade brasileira teve, em tese, as suas necessidades de proteção reconhecidas pelo Estado através da instituição de um sistema público de proteção social (integrado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social); contudo, mal foram regulamentadas, essas políticas passaram a ser objeto de uma ofensiva perversa e conservadora, materializada em proposta e iniciativas de reformas restritivas de direito, serviços e benefícios (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 166).

Sabe-se que uns dos motivos para que estas políticas públicas recebam essa característica tão peculiar é devido as ideias neoliberais que cada vez mais assombra o mundo, onde afirmam que o Estado deve intervir de forma restrita para que não gaste mais que necessário, fazendo com essas políticas seja cada vez mais restrita e focalizada.

A política de assistência social mesmo possuindo essas características, obteve avanços que foram fruto das lutas dos trabalhadores dessa política e da população, que reivindicaram formas mais dignas dessas políticas públicas serem proporcionadas. Onde teve a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, que " foram definidos os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o financiamento da política de Assistência Social" (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006). Porém como a promulgação da LOAS, a política de

assistência social não perdeu o caráter focalizado e seletivo, fazendo que não cumpra sua tarefa de ser parte da política de proteção social, direito de todos.

Mas não se pode deixar esquecer o que a LOAS caracterizou para política de Assistência Social:

A LOAS concretizou as diretrizes da Constituição Federal e reorganizou a Política de Assistência Social brasileira, assegurando a primazia da atuação do Estado na provisão de serviços, benefícios, programas e projetos (BRASIL, 2012, p. 13).

Após a LOAS que ingressa a sociedade civil na participação e execução de políticas que visa atender à necessidade sociais, como é apresentado no Art.1º e Art. 3º:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos (BRASIL, 1993).

De acordo com Mota, foram anos de retrocessos e progresso para conseguir um novo formato para assistencial social. Em 2005 foi notado significativas mudanças na assistência, com implantação da nova Política de Assistência Social que instaura o SUAS, que patronizou, normatizou e organizou os serviços que são fornecidos pela Assistência Social e declarou dois níveis de proteção social (básica e especial). É preciso ressaltar uns dos avanços significativos do SUAS que foi "as responsabilidades com relação ao gestor da política, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (BRASIL, 2012).

As normativas que mais impactaram nos rumos da Política de Assistência Social consistem na edição da PNAS/2004 e na publicação da NOB SUAS/2005, aprovadas respectivamente pelas Resoluções CNAS nº 145 de 15 de outubro de 2004 e nº 130, de 15 de julho de 2005, que criou o SUAS e o operacionalizou, inaugurando no país um novo modelo de organização da gestão e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (BRASIL, 2012, p. 13).

Os dois níveis de proteção social foram classificados em básica e especial, sendo o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias) e PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos), que tiveram os seus centros de referências, e que contam com normas para designar a equipe profissional e quantidade de centros de referência necessária para cada território. Com isso dos os serviços proteção são

padronizados deixando de possuir nomes fictícios e possuindo o mesmo padrão de funcionamento segundo que a lei exige.

Mas percebendo que há uma serio de legislação que rege a Assistência Social para prestar serviço à sociedade, porem como os ideias neoliberais tem a tendências de “destruir” tudo que pode gerar gastos, através de serviços que possuem o caráter já descrito, dessa políticas é a mais atingida pela implementação do “terceiro setor”, pois ele dirige-se fundamentalmente à assistência social, notadamente nos setores carentes (MONTAÑO, 2002, p. 23).

Isso se dá conforme o Montañó (2002) a partir do momento em que o Estado não tem mais a capacidade de enfrentar sozinho os problemas sociais, mesmo sabendo que é de sua reponsabilidade gerir e criar programas para combater esses problemas , que se fazendo uma análise esses programas e políticas deveriam ser desenvolvidas pela a assistência social, mas como não se possui recurso para financiar sozinho, ele cria parcerias que “terceiro setor” que faz com que esses programas e políticas aconteça de forma a responsabilizar os indivíduos em fazer com que contribua de alguma forma a partir da ajuda para efetivação.

Esses programas executado com parceria entre Estado e “terceiro setor” coloca em cheque a legislação que padroniza as ações a serem escutadas na assistência social, pois segundo Montañó (2002) algumas organizações criam programa que levam consigo designação de acordo com seus interesse e também prática do primeiro “damismo” que executada programas que pode abranger o combate à miséria e/ou a proporcionar melhores condições pra criança, onde se ver os esvaziamento das políticas sociais e a modificação do que é direito.

Diante disso, se observa um “novo trato a questão social”, que possui um retrocesso nas bases que sustentam a política social que é a condição de universalidade e de igualdade de acesso, ocorrendo a intenção de substituírem por práticas filantrópicas e de acesso restritos para determinados indivíduos que necessitam. Isso é apresentado por Montañó:

Desta forma, o projeto neoliberal, que elabora esse nova modalidade de respostas à “questão social” ,quer acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com igualdade de acesso, com base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com a financiamento e a partir das capacidades econômica de cada um).No seu lugar, cria-se uma modalidade polimórfica de respostas às necessidade individuais, diferente segundo o poder aquisitivo de cada um. Assim, tais respostas não constituiriam direito, mas uma atividade filantrópica/voluntaria ou um serviço comercializável; também a qualidade dos serviços responde ao poder de compra da pessoa, a universalização cede lugar à focalização e descentralização , “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificado à autoajuda e ajuda mútua (MONTAÑO, 2002, p.189).

Fazendo com que cada vez mais o Estado se distâncie da responsabilidade de executar assistência social para aqueles que precisam e que segundo a Constituição de 1988 é dever do Estado e direito de todos, porém é transferido para a sociedade civil o papel de prestar esse serviços que acaba transformando o sentido do que é assistência social em sua plenitude. O acredita-se que a estratégia presente é de:

Como afirma Laurell, “as estratégias concretas idealizadas pelos governos neoliberais para reduzir a ação estatal no terreno do bem-estar social são de privatização do financiamento e da produção de serviços; cortes dos gastos sociais, eliminando-se programas e reduzindo-se benefícios; canalização [focalização] dos gastos para os grupos carentes em nível local (LAURELL, 1995, p.163 apud MONTAÑO, 2002, p.189).

Assim tem-se um deslocamento da assistência social e o demais serviços sociais para o “terceiro setor”, afetando a população que necessita desses serviços e a forma como esses direitos devem ser entendido, que acaba rebatendo no espaço socio-ocupacional da profissão que tem as políticas sociais como base de sustentação e o entendimento de que os direitos garantidos por leis não devem sofrer retrocessos, mas que infelizmente com esse gestor tende a sofrer.

Neste sentido, a reforma neoliberal, ao promover uma suposta “passagem” dos serviços e assistência sociais do Estado para o setor privado (mercantil e “terceiro setor”), ao promover uma “re-filantropização” (cf. YAZBEK, 1995) e uma “re-mercantilização” da “questão social”, não está, no entanto, promovendo paralelamente uma passagem do Serviço Social do Estado para chamado “terceiro setor”, com muitas se supõe. Não há uma passagem de práticas profissionais “dos assistentes sociais (no âmbito do Estado) para práticas filantrópicas” deles mesmo (agora supostamente na órbita do “terceiro setor”). O que parece se processar, na verdade, é uma tendencial perda paulatina do espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais (fundamental no âmbito estatal), que deixa lugar – porém não evolui em – um aumento das práticas filantrópicas e voluntárias (no interior do chamado “terceiro setor”) (MONTAÑO, 2002, p.248).

Conforme Montañó (2002), essa nova tendência desse novo setor em responder as expressões da “questão social”, diante da sua re-filantropização e as políticas sociais pela re-mercantilizada, faz com tenha um aumento da desigualdade social no mundo e em principal no Brasil, pela falta de investimentos em programas que levaria a melhoras sociais e que possibilitaria atender toda sociedade. Mas é percebido um retrocesso nas políticas que envolve a assistência social que poderia ser um “amparo” para toda sociedade, de acordo com os seus fundamentos que foi elaborado perante as reivindicações das classes.

3.2 O SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR: OS REBATIMENTOS SOBRE A PROFISSÃO

A partir do referencial teórico que abriu caminhos para dialogar com os objetivos dessa pesquisa que é identificar como o neoliberalismo trata as expressões da “questão social”, o que levou a desresponsabilização do Estado a reposta da “questão social”, uma reflexão acerca das respostas dadas pelo terceiro setor responde as expressões da “questão social” e as mudanças na forma de seu enftentamento e identificação de como a resposta da “questão social” dada pelo “terceiro setor” vem com estigma de ajuda, que pode ser contemplado pelos autores que foram citados a todo momento no corpo do texto, que possui como área de atuação o serviço social, onde seus textos são encontrados em livros publicados por eles e em publicações em revistas da área profissional que os anos se diferencia entre a década de 1990 a 2000 , que resultou em um relevante entendimento e reflexão sobre o processo que se dá o “terceiro setor” e as suas implicações na sociedade.

Mas um dos objetivos que ainda precisa ser explicitado que é a interpretação como as repostas dado pelo “terceiro setor” a expressões da “questão social” afetam a prática profissional do assistente social, para isso foi realizada pesquisa em publicações de revistas do serviço social, como Ser Social, Serviço Social e Sociedade e Katálisis, porém não foi possível encontrar publicações que abrangesse a prática profissional no “terceiro setor”. Uma alternativa foi pesquisar por dissertações e teses em repositórios de universidade, mas que uma vez não obteve sucesso devido essas tendências nas universidades de publicações *online* ser recentes, o que pode ter levado que algumas teses ainda não tenham sido publicadas.

Como devemos trabalhar diante as causalidades, optou-se pela pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação-BDTD, onde foi possível encontrar dez teses que dialogavam com a prática profissional do assistente social nas organizações sociais que é designada “terceiro setor”. Com isso foram selecionadas seis teses das encontradas, por possuírem os assuntos que pode possibilitar o entendimento do objetivo da pesquisa.

Dessas teses selecionadas toda a seis teses tem como metodologia a entrevista que possibilita uma maior aproximação com realidade vivenciada pelos assistentes sociais no espaço socia-ocupacional compreendido com organizações sociais. Essas teses têm como período de publicação de 2005 a mais antiga e 2019 a mais recente, entre essas teses outras são dos anos 2007, 2008 e 2012.

Para saber em qual sentido essas teses e dissertações contemplavam os objetivos propostos, foi feita uma leitura destacando naquelas produções o que se relacionava com as inquietações que levaram a produção desse trabalho. Ao realizar a leitura foram identificados rebatimentos que fez recordar os motivos que ocasionou a necessidade de entender o processo do surgimento do “terceiro setor” e as suas implicações no Serviço Social, sendo essa inquietações proveniente do período do estágio em uma instituição do “terceiro setor”, onde foi despertado o interesse de saber se em outras instituições também eram presentes algumas situações, e ao ler essas teses veio a necessidade de demonstrar essas situações que rebatam o trabalho profissional.

A opção pela análise bibliográfica em vez de fazer uma entrevista com as assistentes sociais é justificada, pelo fato de que na região de abordagem muitas das organizações sociais não tem o assistente social em seu quadro profissional e para evitar que essa entrevista não pudesse ser concretizada como foi idealizado, esse trabalho foi contextualizado através de coletadas de dados através de leituras, pois por ter experiência no estágio e poder observar que alguns desses rebatimentos fazem parte do trabalho profissional no “terceiro setor”. Com isso no primeiro momento é referenciado Montaño (2002) que demonstra o que acontece com os assistentes sociais a partir da re-filantropização e a remercantilização da “questão social” que é o principal fundamento que possibilita o “terceiro setor” com espaço socio-ocupacional dessa profissão e no segundo momento é discorrido a realidade desses profissionais nesse espaço.

No que diz respeito às transformações ocorridas no mundo a partir dessa nova etapa do capitalismo que tende a mudar significativamente a vida de todos os trabalhadores, ainda, entendendo que essas questões como desemprego, perda de direitos e flexibilização do trabalho, entre outras vem afligir a vidas dos trabalhadores, surge o interesse de entender qual é a situação presenciada pelos assistentes sociais que tem como instrumento de trabalho as políticas sociais e objeto de trabalho a “questão social” que foram transferidos para trabalhar no “terceiro setor” para isso foi utilizado Montaño (2002) que é também o autor em destaques das teses usadas como referencial bibliográfica dessa tese.

A partir do esvaziamento das políticas sociais e a forma como ela é executada pelo o “seu novo gestor”, faz com que o entendimento e execução dessas políticas sociais se modifique para esses trabalhadores, como é referenciado por Montaño.

Desta forma, se, já afirmamos (cf. MONTAÑO,1997), as políticas sociais que constituem a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, caracterizando sua funcionalidade, sua legitimidade, criando o espaço de inserção ocupacional, e se elas foram e estão sendo significativamente alteradas no atual contexto socioeconômico e político, podemos então afirmar que a profissão do Serviço

Social tende a sofrer transformações relevantes na sua demanda e no seu campo de atuação e no seu vínculo empregatício (MONTAÑO, 2002, p. 244).

Nesse sentido o autor ressalta as políticas sociais é transformada em “instrumento” da prática profissional, indo em contraposta da colação delas em tempos de Estado intervencionista que foram consideradas “base de sustentação funcional-ocupacional” da profissão, gerando na atualidade para esses trabalhadores uma dependência das políticas sociais para execução e atuação profissional e sem contar que faz com que o entendimento sobre a profissão no contexto torna-se equivocada.

Isso se dá na seguinte maneira quando a política social se tornar instrumento de trabalho do profissional, “o assistente social não tem a política social como seu instrumento de ação, mas pelo contrário, ele é instrumentalizado por ela para sua execução” (MONTAÑO, 2002, p. 245), isso faz com que o seu trabalho profissional fique limitado a somente executar ações se estiver a política social para te nortear, e como o caráter seletividade, precarização e centralização dela, faz com não atenda todos os indivíduos que são usuários dessas políticas e faz com seu campo de atuação não se expande pela falta de políticas sociais concretas que possa abranger as necessidades desse indivíduo.

Sendo contrário o que foi presenciado em tempo de respostas partidas do Estado, onde se teve as políticas sociais como “base de sustentação funcional-ocupacional” do assistente social, que criou um “espaço para surgimento e expansão do Serviço Social”. Assim o autor demonstra que em tempos de retirado do Estado ocorre uma mudança de concepção das políticas sociais que afetada diretamente a profissão.

[...] se esta constitui a “base de sustentação” que dota de funcionalidade e legitimidade e que cria o espaço laborativa para inserção profissional, e se as políticas sociais, que já nasceram setorizadas, agora estão sendo recortadas, precarizadas, focalizadas etc., nesta interpretação da relação Serviço Social/política social, as mudanças nas funções e responsabilidade sociais do Estado, por via de alterações nas políticas sociais, rebatem direta e radicalmente na coluna vertebral da profissão: no tipo e quantidade de mandas dirigidas ao profissional, nas condições de trabalho do assistente social, na modalidade interventiva, na eventual tendência ao aumento do desemprego e subemprego profissional, na descaraterização da profissão (MONTAÑO, 2002, p. 246).

Diante disso, Alencar (2002) apresenta uma crítica sobre a inserção do assistente social nesse espaço que tende a trazer algumas consequências que é ponto de partida para entender os rebatimentos que o “terceiro setor” expressa na profissão.

Quanto ao mercado de trabalho aberto no chamado “terceiro setor”, este está muito “longe de se constituir como um canal minimamente expressivo e estável de absorção

de profissionais (não só de assistentes sociais)” dado que “apostar nas ONGs como saída profissional é desconhecer os graves riscos de pluriemprego” (NETTO, 1996, p. 122). De fato, a inserção dos assistentes sociais nestes espaços sócio-ocupacionais tende a ser caracterizada pela precariedade das inserções empregatícias, predominando a flexibilização das relações contratuais, marcada pela rotatividade de emprego, multiplicidade dos vínculos de trabalho e níveis salariais reduzidos, jornada de trabalho de tempo parcial (SERRA, 2000, p. 182). Para Netto (1996), configura-se uma processualidade que produz a fragmentação do mercado de trabalho que pode, inclusive, acarretar a desagregação profissional (ALENCAR, 2002, p. 13-14).

Mas antes de dialogar com esse rebatimento é necessário abordar um outro ponto ressaltado por Montaño (2002, p. 246) é que esses profissionais ao se inserir nesse espaço socio-ocupacional ,tende-se a uma a hipótese que preocuparia que é a “mudança de função profissional: haveria um deslocamento da função de prestação de serviço (base material) para atividade política - educativa”.

Essa mudança de função levaria uma crise de legitimidade da profissão onde seria colocado uma atuação baseada nas medidas educativas, mesmo sabendo que o “terceiro setor” faz com que a algumas tendência que levaram a efetivação da profissão não seja transparecida, para que não ocorra um dedução maior da população sobre essa camuflagem que se tem sobre a contradição capital/ trabalho que gera a “questão social” e sobre execução das políticas sociais . Sabe que o espaço sócio ocupacional a se funda numa concepção histórica de:

O fato é que, por meio das políticas sociais, o Estado intervém sobre as sequelas da “questão social”, compondo áreas e campos através da intervenção de uma “instância política que, formal e explicitamente, mostrava-se como expressão e manifestação da coletividade” (NETTO, 2001, p. 30). Nesse contexto histórico, funda-se o espaço sócio-ocupacional para a configuração do mercado de trabalho do assistente social, determinado por um conjunto de demandas específicas que se adensam a partir de condições histórico-sociais particulares, que abrem “espaço em que se possam mover práticas profissionais como a dos assistentes sociais”, ou seja, “cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (NETTO, 2001, p. 69). No marco do conjunto de procedimentos técnico-operativos, que compõem as políticas sociais (ALENCAR, 2002, p. 11).

E assim diante de processo histórico de abertura do campo ocupacional do assistente social através da política social e a “questão social” como objeto de trabalho. Uma outra colação é imposta a partir da re-filantropização da “questão social” que tem como base das resposta a solidariedade e ajuda , que ocasionaria o entendimento da profissão a partir da caridade, porém Montaño (2002, p. 247) mostra que isso não acontece, pois “o Serviço Social não evolui para caridade e filantropia, então também não pode esta profissão evoluir na (se transformar em) caridade e filantropia – hipótese (endogenista) que está imbuída no debate sobre a “passagem” do Serviço Social estatal para “terceiro setor”.

Mas na verdade se dá na abertura do “terceiro setor” como um espaço do Serviço Social é uma tendencial perda paulatina do espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais (fundamentalmente no âmbito estatal), que deixa lugar para- porém não evolui em – um aumento das práticas filantrópicas e voluntárias (no interior do chamado “terceiro setor”) (MONTAÑO, 2002, p. 248).

Com isso, se percebe na primeiro instante que com essa descaracterização do Estado como responsável em responder as necessidades sociais do indivíduos e a transferência para o “terceiro setor”, tem-se abertura do campo de trabalho para os assistentes sociais, porém conforme dados coletados a partir da leitura do texto “Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social” da Yamamoto, que apresenta o Estado como o maior empregador desse profissional e o “terceiro setor” é último segundo dados do CFESS em 2005 apud Yamamoto.

Pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social, com base em dados em 2004 (CFESS, 2005), constata que, no nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24%, estaduais e 13,19%, federais. Assim, assistente social no Brasil é majoritariamente um *funcionário público*, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. O segundo maior empregador são empresas privadas com 13,19% (o mesmo índice que as instituições federais), seguido do “Terceiro Setor”, com 6,81% (englobando Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações, Cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada “responsabilidade social”) (IAMAMOTO, 2002, p. 5).

É perceptível que mesmo com essa tendência do Estado de desresponsabilização, ele ainda possui o espaço de atuação do assistente social, isso é devido ao fato dele ainda ser um dos maiores gestores das políticas sociais e ainda possuir um caráter mínimo de intervencionista

Assim com o Estado ainda abrange o amplo poder de executar das políticas sociais mesmo sendo naquelas designações de seletividade, o “terceiro setor” vem no sentido de colocar o assistente social na única função de gestores de programas sociais.

No que se referem às atribuições profissionais, os assistentes sociais estão sendo demandados nestes novos espaços profissionais para atuar na Gestão de programas sociais, o que implica o desenvolvimento de competências no campo do planejamento, formulação e avaliação de políticas sociais. Sendo assim, há uma grande tendência de crescimento das funções socioinstitucionais do serviço social para o plano da gerência de programas sociais, o que requer do profissional o domínio de conhecimentos e saberes, tais como de: legislações sociais correntes, numa atualização permanentes; análises das relações de poder e da conjuntura; pesquisa, diagnóstico social e de indicadores sociais, com o devido tratamento técnico dos dados e das informações obtidas, no sentido de estabelecer as demandas e definir as prioridades de ação; leitura dos orçamentos públicos e domínio de captação de recursos; domínio do processos de

planejamento e a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais (ALENCAR, 2002, p. 13).

Nesse propósito de gestor de programas sociais que tem a necessidade dos/as assistente social conhecer as legislações que possam avaliar os programas e fazer com que se obtenha recursos necessário para seu andamento e execução. As autoras Caneiro (2005), Duarte (2007) e Santos (2012), em suas dissertações que tiveram entrevistas com assistentes sociais que se encontravam nas organizações sociais, onde foi possível analisar que ambas entrevistadas ressaltaram que diante a demandas para a execução e recursos para os programas sociais, acabaram se afastando dos conhecimento que cercam a profissão, como distanciamento dos acompanhamentos de demanda e colocações feitas pelo CFESS para os assistentes sociais e de cursos e palestras que propunha conhecimentos na área do Serviço Social, para somente a se dedicar a estudos que cercavam o âmbito de avaliação, execução e planejamento de programas sociais e essa colocação é imposta por todos as seis dissertações.

Esse afastamento de assuntos que cercam a profissão e a não participam de eventos referente ao serviço social é justificado pelas assistentes sociais devido a “falta de tempo” e não incentivo por parte das ONGs como é demonstrado por umas das autoras:

A falta de participação desses profissionais em eventos específicos da categoria dos assistentes sociais revela um certo distanciamento das entrevistadas com a discussão, mas contemporâneas da profissão. Distanciamento que se reflete e transparece na fragilidade de algumas delas quando tentam fazer mediações necessárias entre a teoria e a realidade vivenciada no exercício profissional, na medida que refletem e se posicionam sobre questões teóricas, metodológicas e éticas da profissão (CARNEIRO, 2005, p. 78).

Com o distanciamento das mediações que cercam a prática profissional acaba fazendo que aceite determinadas situações que refletem diretamente no trabalho profissional, e não se tem uma atualização dos conceitos, debates e posicionamento da profissão perante a situações recorrentes da atualidade.

Uma questão emblemática no contado com a entrevista desses profissionais que despertou a atenção é a partir do momento em que se fala em sigilo profissional, pois o profissionais nessas instituições não possuem uma espaço adequado para atendimento, muitas da vezes dividem salas com outros profissionais ou desconhece algum pontos do código de ética da profissão. Como é relatado pela a autora esse desconhecimento.

Em sua maioria, as profissionais demonstraram não conhecer a Código de Ética de 1993, mas não conseguiram relacionar o exercício profissional a alguns princípios condizentes com pressuposto que norteiam o projeto ético-político profissional.

Dentro estes princípios foram citados: o sigilo profissional (...) (DUARTE, 2007, p.159).

Compreendo que o Sigilo profissional está inscrito no Capítulo V, nos artigos 15 a 18 que respalda o usuário sobre os assuntos que serão tratados, mas por uma falta de espaço adequado faz com que esse usuário e profissional fique exposto. Com é ressaltado.

Nas falas das entrevistadas há uma preocupação que se entende de grande importância no desenvolvimento de suas atividades, que exige um atendimento e orientação individual, com realizações de entrevistas abordando situações de vida particular dos usuários, o que requer postura ética sigilosas. Nas instituições em que existe um setor específico para o Serviço Social e, por conseguinte, um local em que as atividades possam ser desenvolvidas, não permite o sigilo profissional (...) (CARNEIRO, 2005, p. 94-95).

Conforme a autoras muitos dos atendimentos para manter o sigilo acontece em sala improvisadas, percebendo a falta de espaço física par que o profissional coloque em prática o fazer profissional, isso faz perceber que muitas das vezes é exigido uma assistente sociais nessas instituições, porém não é pensado condições dignas para execução do seu trabalho, acredito que isso acontece pela falta de posição desse profissional de se colocar e demonstrar que o sigilo profissional é uma direito expresso em seu código de ética, mas muitas vezes por medo de perde o emprego ou para não ir contra as organizações sociais acaba aceitando, mas que é considerado pelo CFESS um descumprimento da legislação vigente.

Em levantamento 90% desses assistentes sociais tiveram ou ainda tem que improvisar salas para manter o sigilo dos atendimento, somente uma entrevista que fala que nos dias atuais (se referindo ao ano da entrevista), possui uma sala adequada para fazer atendimento, mas que nem sempre foi assim. Em relação ao sigilo profissional e não atendimento desse demanda pela instituição, por uma experiência própria acontece pelo fato do desconhecimento do Código de Ética da profissão por parte da instituição e que por medo de gerar atrito entre o profissional não expõem de forma concreta que existe determinações que exige o sigilo profissional.

Na exposição dessas situações é possível cair em um outro ponto que reflete na vida profissional que é os recursos financeiros que chaga instituição que de acordo com as entrevistadas de ambas a dissertações não é suficiente. Essa falta de recurso de acordo com análise tem um rebatimento sobre o trabalho da profissão, fazendo cair em uma problemática importante como é feito a contratação desses profissionais nesse setor considerado de recurso insuficiente para atender as demandas em relação a execução de programas e pagamento de funcionário. Consoante Iamamoto de forma geral é o vínculo empregatício dos assistentes sociais é a através de:

O principal tipo de vínculo é o de estatutário (55,68%) prevalecente em todas as regiões. Seguem os contratos com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que representam 27,24%; os contratos temporários representam 9,41% e serviços prestados, 5,84%. Os demais vínculos não são significativos (IAMAMOTO, 2002, p. 6).

Nas dissertações das autoras percebe-se que a alguns profissionais estão no contrato da CLT, porém muitos estão empregados em contratos temporários que são realizados diante dos projetos que tem duração de dez meses ou mais. Carneiro demonstra qual é a estratégia das ONGs:

A estratégia utilizada pelas ONGs são as demissões, readmissões e os contratos temporários, a partir da renovação ou aprovação de um novo projeto que garanta o pagamento dos salários e dos encargos; esta é condição de permanência, ou não, na instituição, para todos os profissionais. É mesmo uma situação de instabilidade e incerteza que envolve o exercício profissional nestas organizações, o que compatível com contexto do mundo do trabalho na atualidade (CARNEIRO, 2005, p. 135).

Isso faz com que ocorra uma rotatividade de profissionais, ocasionando muitas das vezes uma descontinuidade nos trabalhos desenvolvidos, sem contar que causa desmotivação nos profissionais e inseguras perante a instituição que se encontra vinculada. Ainda mais que essa forma de contratos não possui garantias aos direitos trabalhistas, quando encerrado o trabalhador se obrigado imediatamente se recolocar no mercado de trabalho.

Tal situação está em sintonia com as transformações no mundo do trabalho, que estimulam precarização nas relações contratuais e empregatícias, com terceirização e subcontratação em função das necessidades do capital. As ONGs seguem as orientações do capital mundializado e adequam-se a elas, reorganizando suas relações e condições de trabalho, tal como os grandes empregadores (CARNEIRO, 2005, p. 136).

Uma outra colação é mesmo estando em um contrato de CLT por um tempo indeterminado, esses/as trabalhadores/as ainda sofrem com a preocupação de que a qualquer momento pode ser demitido, isso advém segundo Carneiro (2005) de que as ONGs possuem autonomia para assinar e/ou rescindir os contratos de trabalho.

Condizente com as transformações no mundo do trabalho esses profissionais iram procurar formas de manter seu sustento através de acúmulo de emprego, onde serão observados como consequências as jornadas muito altas ou reduzidas e variação dos salários. Os assistentes sociais têm a jornada de trabalho predominante é de 40 horas, abrangendo 50,70% dos assistentes sociais, seguida da jornada de 30 horas (28,65%) (IAMAMOTO, 2002, p. 6).

Consoante a Duarte (2007) e Carneiro (2005), essa jornada apresenta uma variação de horas trabalhadas. Encontra-se assistentes sociais com carteira assinada trabalhando 40 horas semanais entre 4 e 6 salários mínimos, com exceção (...) que tem contrato temporário, carga horária de 20 horas e recebe até 3 salários mínimos (DUARTE, 2007, p. 139). Mas conforma Carneiro, 56% das profissionais cumprem carga horária de 40 a 44 horas semanais, enquanto 25% trabalham em torno de 15 a 20 horas semanais, e 19% cumprem jornada de trabalho de 30 a 36 horas semanais (CARNEIRO, 2005, p.110).

Através disso, percebe-se que muitas dessas/es profissionais trabalhem em mais de um emprego para que consiga suprir suas necessidades, resultando no não aprofundamento dos estudos sobre temas do Serviço Social, além de causar um grande desgaste no profissional, pois estaria desempenhando mais de uma função e a carga horário seria aumentada.

O “terceiro setor” é tão propício ao capital na flexibilização, precarização que a até o caráter de seletividade ele adota para a contratação de profissionais , que faz com as vaga disponível nesse setor seja de conhecimento geral e não possibilitando a concorrência de forma justa para ver qual profissional se encaixa no perfil da instituição. Carneiro aponta esses dados:

Em cerca de 35% das instituições pesquisadas, ficou caracterizada uma predominância das relações pessoais, de amizade, como fator determinante de acesso ao mercado de trabalho nos espaços ocupacionais do terceiro setor. À medida que vínculos de amizade (ou até mesmo de parentesco) se estabelece com esta ou aquela pessoa (não necessariamente com as aquelas que tem forte influência na instituição), maiores são as chances do profissional se inserir nesse espaço (CARNEIRO, 2005, p. 104).

Mediante a isso Duarte (2007) expõem um ponto importante em relação a essa seleção que acontece diante de interesse.

As respostas a indicam que a forma de inserção nas ONGs obedece a situações variadas (...), tais como: indicação, seleção, estágio obrigatório anterior a condição fundadora. Tal variação termina por limitar as possibilidades de contratação. Em se tratando de organizações que trabalham na perspectiva de defesa de direitos e de interesse coletivos, seria indicada uma ampla divulgação das vagas, por exemplo, através de edital de seleção (DUARTE, 2007, p. 129-130).

É perceptível que essas organizações colocam em suas entidades quem é do interesse deles e que legítima ainda mais a precarização do trabalho, onde se retiram os processos seletivos e os concursos para que os vínculos trabalhistas não sejam efetivados em sua plenitude. Efetivando os trabalhos temporários e a contratação por tempo terminado. Com isso o “terceiro setor” além de modificar todas as relações imposta e contradiz constantemente a profissão que tem como base a política social e a “questão social”.

Diante os referenciais teóricos e dos levantamentos abordados muitos rebatimentos que os “terceiro setor” reflete na vida profissional está relacionada como se dá forma de trabalho que diante as regulamentação da profissão está sendo gerida de forma incorreta, como por exemplo as horas de trabalho que excede as 30 horas, que no ano de 2013 através da articulação do CFESS, possibilitou a implantação das 30 horas semanas como lei e que modificou o artigo 5º da Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, porém é preciso entender que essa dissertações foram realizadas antes dessa modificação o que pode ter modificado essa situação ou até mesmo agravaram.

E como tem o sigilo profissional que Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006 que “dispõe sobre a condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social” (CFESS, 2006), em seus artigos respalda a necessidade do sigilo profissional desde as entrevista e documentação e apresentadas as consequências que tanta o profissional e a instituição sofre se esse sigilo não ocorre. Como é apresentado no Parágrafo Segundo da resolução:

Caso o assistente social não cumpra as exigências previsto pelo “caput” e/ou pelo parágrafo primeiro do presente artigo, se omitindo ou sendo conveniente com as inadequações existentes no âmbito da pessoa jurídica, será notificado a tomar medidas cabíveis, sob pena de apuração de sua responsabilidade tica (CFESS, 2006).

Essa ideia de ser conveniente com a instituição das seis dissertações duas apresentam que o profissionais não se opõem a decisão das organizações sociais, por medo do que pode acontecer e as consequências que isso pode levar, onde é percebido a limitação de autonomia, com é possível perceber que essas instituições interfere de forma relevante em como se dar o trabalho, pois em relação as demandas que chegam e as repostadas a serem dadas, não ocorre muito interferência a única coisa que se fala é a falta de recuso pra determinadas demandas do usuário o que se percebe é uma falta de consciência crítico sobre as transformações na política social e nas respostas a “questão social”. E por fim como as modificações que acontece a todo momento em nosso mundo o importante é que os/as assistentes sociais fique atentos para isso não interfira em sua pratica profissional e muito mesmo no campo de trabalho e que não sejam profissionais que não consiga trabalhar articulando as dimensões técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico, para se cai nas armadilhas que são colocados em nossa contemporaneidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi proposto, o objetivo principal desse trabalho pautou-se na compreensão do “terceiro setor” e seus rebatimentos no âmbito da sociedade e da intervenção profissional. Através dos autores trabalhados nessa produção, foi possível compreender que esse setor surge para beneficiar as propostas neoliberais, propagadas pelo mundo após uma crise do capitalismo na década de 1970, levando-nos a identificar como o “terceiro setor” vem para contribuir na reestruturação do capitalismo e criar uma consciência na sociedade de responsabilidade pelas necessidades individuais e coletivas afirmando as práticas referenciadas na ajuda a quem precisa, afirmando um Estado cada vez mais ausente nas suas obrigações com a sociedade, e o Capital não tenha que responder pelas contradições que produz na sociedade.

Identificou-se ainda, que essa colocação do “terceiro setor” como mediador das necessidades humanas, ocasiona um retrocesso nas políticas sociais e nas respostas a serem dadas as expressões da “questão social”, evidenciando um caráter seletivo, focalizado e centralizado contraposto ao texto constitucional, que a partir do momento das mudanças proporcionada pela crise do capitalismo, vê as políticas sociais como geradoras de lucro. Assim sendo, são transferidas para o mercado aquelas que não teriam finalidade para capital, ficando para o “terceiro setor” e para o Estado que faz com que elas sejam ainda mais a precarizadas e como foco a combate da pobreza que faz produzir ainda mais a miséria e a desigualdade social.

Toda essa lógica evidencia uma adaptação e conivência dos indivíduos com a situações impostas, onde destacamos como emblemático o que acontece com as repostas dadas para as expressões da “questão social”. Evidencia-se todo processo de mudança durante o período que antecede os anos de 1970 onde o Estado era responsável ao atendimento as reivindicações da classe trabalhadora perante a necessidade sociais ocasionada pela exploração do trabalho, destacando que com a implementação do “terceiro setor” nos anos 1990, essa reivindicações passam a não ser mais atendidas em sua totalidade contribuindo para a conquistas de direitos sociais e politicas concretas, mas o que se teve foram respostas baseadas na solidariedade e ajuda.

Procuramos destacar que toda essa iniciativa silenciou e amenizou o processo de reivindicação de classe, resultando no esvaziamento dos espaços de lutas, contribuindo para que o Capital faça o que for do seu interesse com o Estado e com as necessidades que cercam nossa sociedade, alterando as bases de repostas sobre a expressões da “questão social”.

Ao longo desse processo investigativo foi possível observar que fica cada vez mais evidente o agravamento da “questão social” com suas novas expressões que destroem ainda

mais a vidas dos indivíduos que não conseguem suprir as suas necessidades e não encontram formas de respondê-las

A partir disso, procuramos identificar como esse “terceiro setor” e as modificações nas respostas da “questão social” implicaram na intervenção profissional do assistente social, tendo como hipótese principal que toda esta reconfiguração contribuiu para afirmação de práticas conservadoras calcadas no assistencialismo. A princípio acreditei que a partir das leituras de dissertações encontrada que abrangeram o trabalho profissional pudesse encontrar rebatimentos a partir da re-filantropização da “questão social” e mercantilização das políticas sociais, mas que devido o entendimento da que as instituições do “terceiro setor” sobrevivem de solidariedade e ajuda ou/e através de recursos de Empresas e Estado, faz com que esses profissionais trabalhem através dos recursos que são demandas para responder algumas necessidades, fazendo com que os profissionais não se tenham críticas a serem feitas diante as formas de resposta ou até por ter o entendimento que sempre será dessa forma o funcionamento.

Contudo, ressalta-se que em contra partida, as instituições carregam o rebatimento sobre a forma que se dá o trabalho profissional, o que possibilitou a todo momento uma reflexão sobre as mesmas situações presenciada no período de estágio. Contudo, o que diferencia é que na instituição havia uma profissional que se posicionava e apresentava o que era redigido pelo seu Código de Ética Profissional, não deixando de seguir o que estava presente nele.

Diante disso, a análise do material selecionado possibilitou perceber que os assistentes sociais têm um grande enfrentamento pela frente nessas instituições, se colocando para reivindicar por condições dignas de trabalho, contra a restrição e corte de direitos, ao autoritarismo e às ações que aparecem contrárias aos princípios norteadores da profissão e ao projeto ético político. Em relação a forma de contratação se entende que vivemos em mundo funciona através dos interesses do capital, com isso se tem cada vez mais as flexibilizações do trabalho e retrocesso das garantias trabalhistas que infelizmente afetada ainda mais a classe trabalhadora.

Conclui-se que o que foi proposto desde de o princípio desse trabalho foi respondido, porém ainda poderia ter abrangido os dias atuais, mas é percebido que o “terceiro setor” não é muito dialogado na contemporaneidade mesmo que esse rebatimento foi presenciado como já falado, e por fim fica a vontade de se saber mais nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. T. O Trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília/Centro de Educação à distância CEAD/UNB, 2010, v. 01, p. 449-460.
- BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. Parte 1.
- BEHRING, E. R. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Política Social**. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 3, p 19-40, 2000.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, **Biblioteca Básica de Serviço Social**, v. 2, 2006.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BERHING, Elaine; SANTOS, S. M. M. Questão Social e Direitos. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009, p. 267-283.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.
- BRASIL (2012). Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. **Diário Oficial da União**, 13 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Lei da Regulamentação da Profissão. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 de junho de 1993.
- BRASIL. Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a Qualificação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF, **Diário Oficial da União**, 23 de março de 1999.
- BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações

da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, **Diário Oficial da União**, 01 de agosto de 2015.

CARNEIRO, Elizângela dos Santos. **Serviço Social e Terceiro Setor**: considerações sobre as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social em Natal. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

DUARTE, J. L. do N. **O Serviço social nas organizações não-governamentais**: tendências e particularidades. 2007. 196 f. Dissertação (Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Nova república?** São Paulo: Zahar, 1986.

FIGUEIRÓ, Ana Lucia. Redefinição da política ou despolitização? As concepções de “terceiro setor” no Brasil. **Katálysis**. n.5. 5 jul./dez.2001.

GOHN, Maria da Glória. O Novo Associativismo e o Terceiro Setor. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 58, p. 9-23, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In CFESS e ABEPSS (Org). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília, DF, Ano 2, n. 3, p. 9-32, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do(a) Assistente Social**. Brasília, DF: CFESS, 2002, p. 13-50.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MENEGASSO, M.E. **Responsabilidade social das empresas**: um desafio para o Serviço Social. São Paulo, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Disponível em:
http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf. Acesso em: 15 de set. de 2019.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social: crítica do padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 87, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete. **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Ano 2, v. 3. Brasília, DF, p. 41-49, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PERRY, Anderson. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

PETRAS, J. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. n. 3. Tradução de Ana Maria R. Naumann et al. Blumenau: FURB, 1999. Coleção Sociedade e Ambiente.

SANTOS, J. S. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2012 – (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 6).

SERRA, Rose M. S. **Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Política Social brasileira nos anos 90: refilantropização da Questão Social**. In Cadernos ABONG nº 11, 1995